

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/06/2022 a 30/06/2022

**Indexação:** "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/59

75.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2022-14:16
Publ.: DCD 02/06/2022 -	PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### Sumário

Convocação do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Augusto Heleno, para esclarecimento à Casa de declarações sobre a prática de corrupção pelo grupo político denominado Centrão. Homenagem da Comissão de Cultura à memória do ator Milton Gonçalves. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; e do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Contrariedade à privatização da ELETROBRAS e da PETROBRAS.

**O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava ali, ao lado do Deputado Chico d'Angelo, ouvindo os pronunciamentos feitos da tribuna e lembrei que seria razoável uma Comissão qualquer da Câmara requerer a convocação do General Heleno, que agora está mais retraído, para que ele nos informasse por que - já que vários crimes não prescreveram -, no palanque, com Presidente da República eleito, ele cantou aquela música: "*Se gritar pega Centrão, não fica um, meu irmão!*"

Gostaríamos de saber a quem ele estava se dirigindo ou sobre quem ele estava falando. É uma boa proposta para aqueles que hoje integram a base do Governo.

Sr. Presidente, tivemos hoje uma importante reunião da Comissão de Cultura desta Casa. Aliás, foi uma homenagem ao grande ator Milton Gonçalves. O tema foram os vetos do Presidente da República aos projetos de lei que deferiam recursos para a cultura do nosso País.

Com esses vetos, o Presidente confessa ser anticultura, assim como é anticiência, como é antissoberania. Nós vamos lutar para derrubar esses vetos.

Aqui no Plenário, houve um debate importante sobre energia. Ficou comprovado, mais uma vez, que o Presidente da República dispõe de poderes para reduzir o preço da gasolina, do *diesel* e do gás. Ele não o faz porque ele está, de um lado, acovardado e, de outro lado, acumpliciado, porque tem uma vinculação com os importadores de derivados de petróleo e com os acionistas da PETROBRAS, incluindo o Governo. Ele tem maioria no Conselho e controla a Diretoria. Ele não muda a política de preços porque não quer. Assim, ele tenta continuar enganando a população.

Por que não acaba com o preço de paridade de importação? Ele não quer fazer isso e procura desviar a atenção para outras iniciativas.

Agora, Sr. Presidente, ele anuncia também um início de medidas para privatizar a PETROBRAS, uma ousadia que nem militares do passado que estiveram no poder ousaram insinuar. O Presidente Jair Bolsonaro, cercado de militares das três Forças por todos os lados, insiste em praticar esses crimes de lesa-pátria.

Também houve um debate sobre a privatização da ELETROBRAS, sobre o absurdo que isso significa.

Não à privatização da PETROBRAS! Não à privatização da ELETROBRAS! Em defesa da soberania nacional, fora, vendilhões da Pátria e traidores do povo!

Peço que divulgue o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos canais de comunicação da nossa Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

---

Documento 2/59

---

75.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/06/2022-14:44
Publ.: DCD 02/06/2022 -	- ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Protesto contra o corte de recursos orçamentários das áreas de saúde, ciência e

educação. Quadro de inflação, juros altos, desemprego, insegurança alimentar e fome reinante no País. Efeitos danosos da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, acerca do congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social. Repúdio ao negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro com relação à pandemia de coronavírus. Contrariedade à privatização da PETROBRAS.

---

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quando foi apresentada a PEC 241, nós a apelidamos de "PEC da Morte". Lamentavelmente, nós acertamos mais do que imaginávamos. Faço essa referência para falar de mais um corte orçamentário promovido pelo Governo Bolsonaro, agora de 8 bilhões e 200 milhões de reais, um corte que vai atingir a educação, a saúde e a ciência, com o argumento de que o Governo não pode superar o teto de gastos originário da PEC que resultou na Emenda Constitucional 95.

No caso do Ministério da Educação, o corte será de 3 bilhões e 200 milhões de reais, sendo que 2 bilhões e 500 milhões de reais serão cortados diretamente do fundo nacional de desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Um governo que não investe em tecnologia, um governo que não protege a educação, um governo não protege a saúde do povo, evidentemente, é um governo que não tem compromisso com o país nem com o seu povo.

A sociedade apelidou o século XXI, e estamos agora no ano de 2022, como o século do conhecimento. Mas século do conhecimento foram todos. Quem não percebeu isso foi quem ficou mais atrasado.

Nesse sentido, o Governo obscuro do Bolsonaro, que nega até mesmo a vacina, que nega o uso da máscara, que negou o tempo todo o isolamento social, dizendo que aquilo iria prejudicar o bom funcionamento da economia, colocou o Brasil junto da Turquia, os dois únicos países do mundo que têm inflação, desemprego e juros acima de 10%.

Se isso não bastasse, no Brasil, 19 milhões de pessoas estão passando fome, mais da metade dos lares brasileiros, isto é, mais de 100 milhões de pessoas, está em situação de insegurança alimentar e menos da metade da mão de obra brasileira tem ocupação; mais da metade não tem.

Portanto, quando o Governo vem e faz mais um corte orçamentário, alegando o teto de gastos... Até porque o dinheiro aplicado em saúde, educação e ciência não é gasto, é investimento. Mas no apelido dado pelos neoliberais, no apelido dado por aqueles que não têm compromisso com o principal na vida de qualquer um, esse investimento vira gasto. Entretanto, os programas de recuperação fiscal

aprovados aqui, um atrás do outro, não são gastos. Renúncia fiscal em favor do grande empresariado brasileiro não é gasto. Fazer com que, por exemplo, a PETROBRAS se transforme numa empresa, na prática, privada... E ontem esteve na pauta, inclusive, uma proposta que consegue ser pior do que a privatização, na medida em que muda determinadas leis e, como diz famoso ditado popular, "tenta tirar a castanha do fogo com a mão do gato".

Portanto, nós estamos num momento ruim do País. Nós temos que reagir e mudar o Governo.

---

Documento 3/59

---

75.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/06/2022-14:48
Publ.: DCD 02/06/2022 -	- ALÊ SILVA-REPUBLICANOS -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade por tragédias naturais ocorridas no País. Inexistência, no âmbito das administrações estaduais e municipais, de planos urbanísticos de prevenção de enchentes. Vinculação entre os elevados índices inflacionários e a decretação de lockdown durante a pandemia de coronavírus. Não manifestação de Deputadas sobre o ataque de Parlamentar do PT à oradora.

---

**A SRA. ALÊ SILVA** (REPUBLICANOS - MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Minas Gerais. Boa tarde, Brasil.

Aqui eu ouço muito falarem sobre as consequências das tragédias em razão das condições climáticas, como chuva e seca. Acusam o Presidente Bolsonaro de tudo, até do fato de São Pedro nem sempre ser tão solidário assim com os humanos. Mas vamos entender melhor. Governadores e Prefeitos têm, por lei, a obrigação de apresentar planos de combate e controle dessas tragédias. Alguns fazem isso sim, mas muitos não o fazem e, inclusive, permitem a ocupação de áreas sob condições de risco pela população.

Com relação à inflação, lá atrás pregaram tanto o "fique em casa" que interromperam as linhas de produção. Nós avisamos qual seria a consequência disso, e é o que nós estamos vivendo hoje. Então, população, cobre do seu Governador, cobre do seu Prefeito, porque

eles fecharam as cidades, o.k.? Essa é a grande razão da crise financeira e orçamentária de hoje.

Presidente, subo a esta tribuna também para falar sobre a misoginia seletiva que existe nesta Casa por parte de alguns Deputados e Deputadas, que tanto dizem defender a mulher - que tanto dizem defender a mulher! -, principalmente contra a violência política. Pois bem, hoje eu fui atacada por um Deputado do PT! Atacada! Ele me caluniou na Comissão, o.k.? Isso eu poderia considerar como uma violência política. Isso eu poderia considerar como uma violência contra a mulher. Mas aquelas que aqui dentro tanto dizem nos defender ficaram quietinhas. Esse silêncio é ensurdecedor!

Presidente, eu nunca sofri nenhum tipo de preconceito por ser mulher. Não, porque eu sempre trabalhei muito, eu sempre provei minha competência. Inclusive, eu sempre fui muito bem-aceita no meio masculino. E até ganhava mais do que eles. Sempre tive respeito. Agora, aqui dentro desta Casa, eu experimento a falta de respeito dos Deputados de esquerda. Então, é assim: quando a ofensa é direcionada a uma Deputada conservadora, todo mundo da Esquerda fica quieto. Imaginem se fosse o contrário - imaginem!

Então, aqui fica a minha impugnação ao comportamento desse Deputado, que é de um partido que diz defender as mulheres, mas que não defende nada. É tudo uma questão de poder. Não importa o que se diz, importa quem diz.

Misoginia seletiva aqui dentro não!

Presidente, por gentileza, peço que este discurso conste do programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

---

Documento 4/59

---

75.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2022-14:56
Publ.: DCD 02/06/2022 -	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de

Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia das ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Denúncia de gastos exorbitantes do Governo Federal na compra de mobiliário escolar. Mobilização da sociedade catarinense a favor da criação da Universidade Federal do Contestado. Instalação, no Município de Concórdia, de campus da Universidade Federal da Fronteira Sul.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, venho à tribuna, em primeiro lugar, para falar sobre a cultura. Este Parlamento, Câmara e Senado, tem um grande compromisso, a partir da mobilização de artistas de todo o País, de defender a cultura.

Todos nós consumimos cultura na literatura, na música, nas obras de arte, no teatro, no cinema, nas manifestações religiosas e culturais, como o São João, no Nordeste, festa que se comemora neste mês de junho.

Então, precisamos derrubar, urgentemente, o veto à Lei Paulo Gustavo e à Lei Aldir Blanc 2 para, efetivamente, no período pós-pandemia, possibilitarmos a movimentação do setor econômico da cultura.

Viva a cultura brasileira!

Em segundo lugar, quero dizer que enquanto assistimos a este Governo cortar 3,2 bilhões de reais do orçamento da educação, da ciência e da tecnologia, no FNDE, no Ministério da Educação, surge mais um escândalo, mais uma denúncia, explicitada pelos meios de comunicação, hoje, de 1 bilhão 590 milhões de reais gastos na compra de cadeiras e mesas para as escolas do Brasil. É mais um escândalo no Governo Bolsonaro.

Enquanto eles vão destruindo a ciência, a educação, a tecnologia e o futuro do Brasil, nós vamos mobilizando a sociedade brasileira e catarinense para construir a esperança. Estamos mobilizando Santa Catarina, na região do Contestado, para a constituição de uma terceira universidade federal, a Universidade Federal do Contestado. Vamos realizar audiências públicas, nas quais vamos ouvir as comunidades e retomar essa luta, como em São Miguel do Oeste e no extremo oeste do Estado, para retomarmos a esperança de ter também um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul em Concórdia, na região de Caçador, Videira, Fraiburgo, e na região do Planalto Norte, Mafra e Três Barras. Por quê? Porque estamos retomando a esperança de reconstruir este País.

Este Governo está terminando. No próximo ano, nós vamos sonhar com mais universidades, mais institutos federais, mais educação, porque essa é a melhor herança que deixamos para a juventude brasileira.

Documento 5/59

75.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2022-16:04
Publ.: DCD 02/06/2022 -	LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### *Sumário*

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; e do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Saudação à magnífica Reitora Adriana Marmorini Lima, ao ensejo do transcurso do 39º aniversário de fundação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

**A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.)** - Boa tarde, Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados e a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa.

Está presente na Comissão de Cultura hoje uma grande comitiva de artistas do Brasil inteiro, que vem buscar apoio do Congresso Nacional, para amanhã derrubarmos os vetos às Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2.

Deputada Luiza Erundina, nós produzimos essas duas leis no Congresso Nacional, em especial, na Câmara dos Deputados, que são extraordinariamente importantes para a sobrevivência da cultura e dos artistas brasileiros, que criam um sistema de capilaridade que permite chegar recursos, com financiamento, com editais, a todos os cantos do País, em todos os Estados brasileiros, nos mais distantes rincões.

Portanto, é fundamental que o Congresso Nacional que aprovou, quase por unanimidade, a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo, efetivamente, derrube o veto presidencial a essas importantes leis para socorrer a nossa cultura brasileira.

Sr. Presidente, eu gostaria de saudar desta tribuna a magnífica Reitora Adriana Marmori Lima, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, que hoje completa 39 anos de existência. A UNEB foi fundada em 1983 e é a mais importante instituição de nível superior pública do nosso Estado. Ela está presente em todas as regiões da Bahia, num sistema de *multicampi*, possui mais de 30 departamentos instalados em 24 *campus* e tem uma importância fundamental para a reconfiguração do acesso à universidade para a juventude de todas as regiões do Estado da Bahia.

Eu quero desejar vida longa a essa universidade, que sempre conta com o meu apoio de emendas individuais, mas também com a defesa intransigente de que a bancada, a partir de nossa unificação, continue contribuindo com recursos para as universidades do Estado.

Um grande abraço!

Vida longa à UNEB - Universidade do Estado da Bahia!

---

Documento 6/59

---

75.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	01/06/2022-16:32
Publ.: DCD 02/06/2022 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; e do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós estamos recebendo nesta Casa vários artistas, produtores, fazedores de cultura deste País. Todos eles, evidentemente, estão apoiando a derrubada dos vetos às duas leis que podem fazer do Brasil o "País da Cultura".

A Lei Paulo Gustavo trata de recursos suficientes para atender situações de emergência e não vai prejudicar, de forma alguma, os cofres da União. Simplesmente, nós vamos dar à população brasileira

aquilo que lhe é de direito.

Muitas casas de espetáculo ainda estão fechadas. Muitos salões estão fechados. Muitos projetos sociais e culturais estão deixando de se desenvolver porque o Presidente, apesar dos nossos acordos tanto na Câmara quanto no Senado, resolveu vetar a Lei Paulo Gustavo.

Nós temos também o veto à Lei Aldir Blanc 2, que foi apresentada pela Deputada Jandira Feghali e é fruto de um acordo nesta Casa. Nós queremos a derrubada desse veto, porque a Lei Aldir Blanc 2 complementa a Lei Aldir Blanc, que era emergencial. Agora essa política vai ser perene, para atender o Plano Nacional de Cultura deste País. De 5 em 5 anos, nós teremos garantidos, no cofre da União, os recursos para o implemento da cultura neste País.

Por isso, a bancada da cultura na Câmara e no Senado faz um apelo para que sejam pautados esses vetos, para que nós possamos derrubá-los. Isso trará uma oportunidade de reconciliação com esse povo triste que anda pelo Brasil, que tem a cultura como um resgate da sua identidade, que tem a cultura como rendimento. A Lei Aldir Blanc, que foi emergencial, alcançou mais de 4 mil Municípios, o que não é pouco.

Nós queremos que essa lei possa garantir o presente e o futuro da cultura no País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

---

Documento 7/59

---

75.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/06/2022-
	CD	17:00
Publ.: DCD - 02/06/2022 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.101, de 2022, e às Emendas de nºs 1 a 23, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

---

**O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE.** Para proferir parecer. Sem

revisão do orador.) - Presidente, eu peço permissão para ir direto ao voto.

"II. Voto do Relator

(...)

II.1.2 - Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

Medida Provisória

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, ou no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Não há, portanto, qualquer óbice constitucional à sua admissão.

Observamos, ainda, a juridicidade da matéria tratada na medida provisória, eis que se harmoniza com o ordenamento jurídico e não viola qualquer princípio geral do direito.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória. O texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Emendas apresentadas na Comissão Especial Mista

As Emendas nºs 1, 3, 5 a 9 e 11 a 23 não contêm defeitos de técnica legislativa. No entanto, as Emendas nºs 2, 4 e 10 apresentam defeitos de técnica legislativa, conforme agora apontamos, que podem ser eventualmente corrigidos na redação final:

a) nas Emendas nºs 2 e 4, correção da grafia das palavras "reembolso" e "consensualmente"; e

b) na Emenda nº 10, o parágrafo do art. 3º-A, acrescido à Lei nº 14.046, de 2020, deve ser numerado como "parágrafo único" e não "§ 1º".

As Emendas nºs 1 a 9 e 11 a 20 não padecem de vícios relacionados à inconstitucionalidade ou à injuridicidade.

Entendemos que as Emendas nºs 10, 21, 22 e 23, porém, são inconstitucionais, porque afrontam o entendimento consolidado pelo

Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.127, segundo o qual é vedada aos Congressistas a inserção de matérias estranhas ao conteúdo original da MP por meio de emendas parlamentares. A nosso ver, referidas emendas não apresentam conexão com a natureza do apoio previsto da medida provisória, dizendo respeito, na verdade, à legislação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Para o caso de virem a ser aprovadas, contrariamente à nossa opinião aqui exposta, cumpre-nos apontar o defeito de técnica legislativa na Emenda nº 10 acima mencionado, que poderá eventualmente ser corrigido na redação final.

### II.1.3 - Da Adequação Financeira e Orçamentária

#### Medida Provisória

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

A medida provisória em análise objetiva alterar a Lei nº 14.046, de 2020, para estender seus efeitos quanto ao adiamento e cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura também àqueles ocorridos no ano de 2022, em decorrência da pandemia de COVID-19.

Trata, portanto, a MP das relações entre prestadores de serviços turísticos ou culturais e consumidores na hipótese de cancelamento de serviços, de reservas e de eventos, decorrentes da pandemia de COVID-19.

Assim, a proposição em questão não tem repercussão direta nos Orçamentos da União, eis que se reveste de caráter normativo, sem impacto em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.

#### Emendas apresentadas na Comissão Especial Mista.

Quanto à análise da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira, cumpre inicialmente verificar o cumprimento do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu



impacto orçamentário e financeiro.

Quanto a possíveis conflitos com a Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, as emendas devem ser analisadas, dentre outros aspectos, no tocante à existência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para "concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita" (art. 14) ou para "criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa" (art. 16) e a respectiva demonstração de neutralidade fiscal da iniciativa pelo acompanhamento de medidas de compensação.

No que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022), a análise sobre a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das emendas se concentra, dentre outros pontos, sobre o demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro do aumento da despesa ou da redução da receita e indicação de respectivas compensações (arts. 124 e 125).

Quanto às 23 emendas apresentadas na Comissão Especial Mista, todas são de caráter normativo, pois tratam das relações entre prestadores de serviços turísticos ou culturais e clientes na hipótese de cancelamento de serviços, de reservas e de eventos, decorrentes da pandemia de COVID-19, sendo consideradas, portanto, sem impacto em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.

## II.2 - Do Mérito

Passados mais de 2 anos do início da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19, ainda temos bem presente em nossos corações, vistas e mentes a tragédia humana e social provocada pela terrível doença. Para além das quase 700 mil mortes e dos muitos milhares de sobreviventes sequelados, no entanto, a súbita redução das atividades econômicas resultante da adoção de medidas sanitárias ainda causou a inviabilidade de milhares de empresas e a perda de incontáveis postos de trabalho.

Esse choque adverso se fez sentir especialmente nos setores de turismo e de cultura, segmentos cuja demanda naturalmente foi das mais sacrificadas em tempos de crise aguda, dada a não essencialidade dos correspondentes serviços para a grande maioria da população. À guisa de ilustração, observe-se que a indústria turística brasileira perdeu nada menos do que 508,8 bilhões de reais de receitas nos 2 anos entre o início da pandemia e março deste ano. Como efeito colateral, 476 mil postos formais de trabalho foram eliminados apenas em 2020, correspondendo a uma queda de 13,7% na força de trabalho do setor, de acordo com dados do CAGED.



A módica recuperação da economia e do movimento turístico durante 2021 não foi suficiente para permitir o retorno do setor aos níveis de ocupação e faturamento existentes antes da deflagração da pandemia. Com efeito, constatou-se a frustração de 9 bilhões de reais em receitas no mês de março deste ano, em relação à média mensal anterior ao estado de emergência de saúde pública. Ao longo do ano passado, registrou-se a criação líquida de 150,9 mil postos de trabalho: embora alvissareira, tal marca representa menos de um terço do contingente perdido em 2020. Mesmo que se confirme a previsão de crescimento do movimento turístico de 2,4% em 2022, só no terceiro trimestre o segmento auferirá um faturamento comparável ao do período de pré-pandemia.

Esse quadro preocupante estende-se a setores correlatos ao de turismo. Estima-se para o setor de agenciamento em 2022 cerca de 1,1 milhão de operações de cancelamentos e remarcações, envolvendo algo como 6,2 milhões de passageiros e um montante de aproximadamente 9,3 bilhões de reais de receitas perdidas. Paralelamente, calcula-se que 50 mil eventos, já com operação em curso, sejam atingidos pelas restrições impostas pela continuidade da pandemia, alcançando mais de 78 mil empresas integrantes da cadeia produtiva do setor de eventos e ao menos 20 milhões de relações de consumo.

Os prejuízos nos setores de turismo e de cultura extrapolam em muito os respectivos segmentos, afetando toda a economia do País. Basta considerar que, antes da pandemia, a indústria turística respondia por quase 10% do PIB brasileiro e por mais de 8% dos empregos, entrelaçando-se a outros 52 setores industriais e comerciais. É, além disso, segmento altamente intensivo em mão de obra, especialmente nos estratos jovens e pouco qualificados, justamente os de maior dificuldade de colocação no mercado de trabalho.

O setor de cultura, por sua vez, gera emprego e renda para numeroso contingente de artistas e técnicos especializados, além de consubstanciar a representação concreta de nossa alma, de nossas tradições, de nossa criatividade, de nossa essência, enfim.

Creemos que a situação atual ainda recomenda a atualização das disposições da Lei nº 14.046, de 2020, nos termos estipulados pela medida provisória em tela, tendo em vista o fato de que a pandemia de COVID-19 ainda não foi inteiramente controlada. Nesse sentido, a decretação do encerramento oficial da emergência de saúde pública, recentemente ocorrida, não elide a possibilidade da retomada, em maior ou menor grau, da adoção de providências de combate a eventual recrudescimento da doença ao longo deste ano. Este panorama nos leva a considerar que o País ainda necessita da prorrogação de medidas de auxílio e de proteção aos setores de

turismo e de cultura, de modo a se lograr a sobrevivência da maior parcela possível das empresas e dos postos de trabalho desses segmentos até a volta da completa normalidade.

Nessas condições, a Medida Provisória nº 1.101, de 2022, provê a prorrogação dos instrumentos excepcionais que a situação excepcional exige, estendendo os efeitos da Lei nº 14.046, de 2020, ao adiamento e ao cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura ocorridos também no ano de 2022. Com as modificações introduzidas pela MP à Lei nº 14.046, de 2020: (i) estabelece-se a data limite de 31 de dezembro de 2023 para ocorrer a remarcação; (ii) estipulam-se os seguintes prazos para a restituição dos valores, no caso de impossibilidade de remarcação ou oferta de crédito: (ii.1) 31 de dezembro de 2022, para os cancelamentos realizados até 31 de dezembro de 2021; e (ii.2) 31 de dezembro de 2023, para os cancelamentos realizados no ano de 2022; (iii) permite-se o usufruto, até 31 de dezembro de 2023, de crédito adquirido até 22 de fevereiro de 2022, data de publicação da medida provisória em tela; (iv) liberam-se de reembolsar imediatamente os valores dos serviços ou cachês recebidos os profissionais contratados nos anos de 2020 a 2022 que tenham sido impactados por adiamentos ou cancelamentos de eventos em decorrência da pandemia de COVID-19, desde que o evento seja remarcado e realizado até 31 de dezembro de 2023; (v) na hipótese de os profissionais não prestarem o serviço contratado no prazo previsto, determina-se a atualização monetária pelo IPCA-E do valor recebido: (v.1) até 31 de dezembro de 2022, para os cancelamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2021; e (v.2) até 31 de dezembro de 2023, para os cancelamentos ocorridos no ano de 2022; e (vi) prevê-se a anulação das multas por cancelamentos de contratos emitidas até 31 de dezembro de 2022, no caso de tais cancelamentos decorrerem de medidas de isolamento social associadas à contenção da pandemia de COVID-19.

A nosso ver, essas medidas representam uma proteção de que os setores de turismo e cultura incontestavelmente necessitam. A aprovação da medida provisória permitirá às empresas desses segmentos um melhor gerenciamento de suas receitas, com a diminuição dos riscos de insolvência, de descontinuidade dos serviços, de quebra na cadeia de oferta e, conseqüentemente, de elevação do desemprego. Por sua vez, o consumidor disporá de mais tempo e de mais segurança para usufruir de seus direitos.

Somos, portanto, inteiramente favoráveis, no mérito, à Medida Provisória nº 1.101, de 2022.

Ao longo da tramitação da medida provisória em tela, recebemos variadas sugestões de entidades empresariais e da sociedade civil de aprimoramento do texto. Tomamos a liberdade de acatar quatro dessas

sugestões, por entendermos que contribuem para o aprimoramento da legislação do setor turístico.

Em primeiro lugar, julgamos importantíssimo que o arcabouço legal da teia de mecanismos de apoio aos setores de turismo e de cultura instituído pela Lei nº 14.046, de 2020, e suas modificações posteriores não se percam após o fim da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19. Embora não desejemos passar novamente por situação semelhante à dos 2 últimos anos, não se pode mais desconsiderar a funesta possibilidade de que novas epidemias e pandemias venham, no futuro, a afetar o tecido econômico do País. Assim, tomamos a liberdade de propor um dispositivo que assegure que as medidas emergenciais de que trata a Lei nº 14.046, de 2020, tenham vigência sempre que reconhecida pela União a ocorrência de emergência de saúde pública de importância nacional, observados prazos equivalentes, contados da data do reconhecimento. Dessa forma, disporemos em nosso ordenamento jurídico de instrumento legal pronto a ser utilizado para o apoio aos setores de turismo e de cultura, sem a necessidade de apreciação legislativa de novas propostas, por projeto de lei ou medida provisória. Para esse fim, introduzimos, mediante o art. 3º do projeto de lei de conversão, um art. 5º-A à Lei nº 14.046, de 2020.

Adicionalmente, consideramos oportuno atualizar a definição legal de meios de hospedagem, de modo a abarcar os estabelecimentos que operam sob o regime de cobrança por horas ou turnos pela utilização da unidade habitacional. A nosso ver, tal sistema de funcionamento é de larga aceitação em nosso País, já há décadas. Não faz sentido, portanto, deixar de reconhecer oficialmente seu caráter de meio de hospedagem, para todos os efeitos práticos e legais. Para tanto, propomos a correspondente alteração no *caput* do art. 23 da Lei nº 11.771, de 2008, e o acréscimo de um § 5º ao mesmo dispositivo, nos termos do art. 4º do projeto de lei de conversão.

Além disso, estamos de acordo com a atualização legal dos mecanismos de registro de hóspedes nos meios de hospedagem, permitindo a adoção, para esse fim, de sistemas eletrônicos simplificados de cadastramento que permitam a identificação do hóspede. Afinal, ao tempo da entrada em vigor da Lei Geral do Turismo não se dispunha da possibilidade de uso em larga escala desses sistemas, situação bem diferente da de hoje em dia. Para esse fim, sugerimos a alteração do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.771, de 2008, igualmente por meio do art. 4º do projeto de lei de conversão.

Por fim, cremos ser importante deixar clara a possibilidade de que as empresas do setor de eventos beneficiadas pela redução dos tributos de que trata o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), instituído pela Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021,



continuem sujeitas ao regime de tributação pelo lucro presumido. A necessidade de tornar explícita essa possibilidade decorre de uma interpretação restritiva do art. 14, IV, da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que preconiza a obrigatoriedade pela apuração do lucro real para as pessoas jurídicas que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto sobre a renda.

Com efeito, grande parte das empresas de eventos são de pequeno porte, sendo-lhes administrativamente onerosa a sujeição ao regime de lucro real. Este é o objeto do art. 5º do projeto de lei de conversão.

Na análise das emendas apresentadas na Comissão Especial Mista, identificamos em todas elas o interesse de seus ilustres autores pelo aprimoramento do texto da medida provisória ou, num sentido mais geral, pelo reforço às medidas de auxílio aos setores de turismo e cultura. Apesar das elogiáveis intenções dos eminentes Parlamentares, o aproveitamento das emendas revelou-se inoportuno, quatro delas por inconstitucionalidade, por não apresentarem pertinência temática com a medida provisória em tela, como descrito no item II.1.2 deste parecer. Quanto às demais, entendemos que não caberia, neste momento, dada a gravidade da situação vivida pelos setores de turismo e cultura, introduzir alterações outras à sistemática preconizada pela Lei nº 14.046, de 2020, além daquelas já constantes da MP 1.101/22 e das modificações por nós propostas.

Com efeito, é o caso de emendas que, se adotadas, sujeitariam as empresas dos setores de turismo e de cultura a desembolso imediato (Emendas nºs 1, 9, 11, 14 e 18) ou prioritário (Emendas nºs 2 e 4) ou a descapitalização (Emendas nºs 5 e 6), em franca oposição ao espírito da Lei nº 14.046, de 2020. Por sua vez, a Emenda nº 3 parece-nos inócua, já que as embarcações dos cruzeiros são administradas por agências de turismo, que estão incluídas na categoria de prestadores de serviços turísticos. Já com relação às Emendas nºs 7, 8 e 20, consideramos temerário estender os prazos previstos na Lei nº 14.046, de 2020, independentemente do cenário epidemiológico futuro. Quanto às Emendas nºs 12 e 15, cremos que seu aproveitamento contribuiria para trazer insegurança jurídica e aumento de judicializações nas relações de consumo pretéritas. No que se refere às Emendas nºs 13, 16 e 19, julgamos que a menção na Lei nº 14.046, de 2020, ao Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - é suficiente para o embasamento legal para a vinculação das hipóteses de caso fortuito ou força maior. Por fim, a Emenda nº 17 é desnecessária, a nosso ver, dado que o art. 2º da Lei nº 14.046, de 2020, contempla todas as relações de consumo dos setores de turismo e de cultura.

### II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Especial Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.101, de 2022;

b) quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa:

b.1) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, e das Emendas nºs 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, apresentadas perante a Comissão Especial Mista;

b.2) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 2 e 4, apresentadas perante a Comissão Especial Mista, com as correções de técnica legislativa apontadas no corpo deste voto, que deverão ser promovidas no momento da redação final da matéria, caso este Plenário entenda por aprová-las quanto ao mérito; e

b.3) pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 10, 21, 22 e 23, apresentadas perante a Comissão Especial Mista, contendo a Emenda nº 10, também, defeito de técnica legislativa, apontado no voto, o qual deverá ser corrigido no momento da redação final da matéria, caso este Plenário entenda por aprová-la quanto ao mérito;

c) quanto à adequação orçamentária e financeira, pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, bem como de todas as emendas a ela apresentadas na Comissão Especial Mista, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação financeira e orçamentária.

d) quanto ao mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, na forma do projeto de lei de conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição de todas as emendas apresentadas na Comissão Especial Mista, ressalvados os elogiáveis propósitos de seus ilustres autores.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões

Deputado Felipe Carreras

Relator"

---

Documento 8/59

---

75.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2022- CD 17:28	
Publ.: DCD - 02/06/2022 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2022, da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, acerca das medidas emergenciais de atenuação da crise dos setores de cultura e turismo decorrente da pandemia de coronavírus, ressaltados os destaques. Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia das ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

---

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vai votar favoravelmente, vai orientar "sim", cumprimentando o Relator dessa matéria, o Deputado Felipe Carreras.

Trata-se de medidas emergenciais para os setores de turismo e cultura, que foram duramente atingidos pela pandemia, cujos efeitos ainda não foram sanados. Então, é necessário que haja esse prosseguimento, que haja essa prorrogação, porque a pandemia afeta um conjunto de ações desses setores, como, por exemplo, reservas turísticas, *shows*, festivais e outros serviços culturais.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós consideramos essas medidas necessárias, porque os setores de cultura e de turismo empregam muito neste País.

Por isso, nós defendemos também a derrubada dos vetos à Lei Aldir Blanc e à Lei Paulo Gustavo. Essas leis reforçam a proteção ao setor cultural e garantem a subsistência dessa atividade econômica tão importante para o Brasil.

---

Documento 9/59

---

75.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2022-  
CD 17:28  
Publ.: DCD - 02/06/2022 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### **Sumário**

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2022, da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, acerca das medidas emergenciais de atenuação da crise dos setores de cultura e turismo decorrente da pandemia de coronavírus, ressalvados os destaques. Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia das ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

---

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL orienta "sim", Presidente. Os setores de turismo e de eventos foram muito prejudicados pela pandemia e pelas necessárias medidas de isolamento social, e essa MP prorroga prazos e possibilidades de auxílio para esses setores tão afetados.

Aproveito a oportunidade para reforçar a necessidade de se convocar sessão do Congresso Nacional, porque a cultura precisa da Lei Aldir Blanc 2 e da Lei Paulo Gustavo, que todos nós aprovamos, mas que foram vetadas pelo Governo Bolsonaro.

Nós precisamos dessa sessão para que derrubemos esses vetos. A cultura é o quinto maior setor da economia do Brasil. Milhões de trabalhadores e milhões de outros brasileiros usufruem do direito à cultura. Esse setor precisa do nosso auxílio. Por isso, vamos derrubar esses vetos.

---

Documento 10/59

---

75.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2022-  
CD 17:32  
Publ.: DCD - 02/06/2022 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA  
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DEPUTADOS DISCURSO

---

### **Sumário**

Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de

Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia das ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2022, da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, acerca das medidas emergenciais de atenuação da crise dos setores de cultura e turismo decorrente da pandemia de coronavírus, ressaltados os destaques.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estamos em 1º de junho. Iniciamos o ciclo de festas populares, as conhecidas festas juninas. Inclusive, o setor do turismo, as Prefeituras Municipais, os Estados brasileiros estão com grande dificuldade de realizá-las. Essa medida provisória traz de fato a possibilidade da prorrogação dessa política, o que facilita e apoia tanto o setor de turismo e eventos como o setor cultural.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer o meu apelo de convocação do Congresso Nacional para que possamos apreciar os vetos que foram conferidos à Lei Paulo Gustavo e à Lei Aldir Blanc 2. A Lei Paulo Gustavo é uma lei de emergência, que socorre principalmente o setor audiovisual brasileiro. A Lei Aldir Blanc 2 é como se fosse o FUNDEB da cultura; é uma lei perene, o que sem dúvida garante uma visão de política de Estado para a cultura, e não de política de governo.

O PCdoB orienta "sim".

Documento 11/59

75.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -01/06/2022- CD 17:32	
Publ.: DCD - 02/06/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2022, da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, acerca das medidas emergenciais de atenuação da crise dos setores de cultura e turismo decorrente da pandemia de coronavírus, ressaltados os destaques. Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia das ações emergenciais

direcionadas ao setor cultural.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Essa medida provisória amplia os prazos para que se possa contribuir para o desenvolvimento do setor de eventos na cultura, no turismo. Portanto, ela nos parece fundamental, porque esse setor foi um dos mais atingidos pela pandemia.

Aqui é bom lembrar que, para que possamos fazer justiça ao que representa o setor cultural, é fundamental que esta Casa trabalhe na perspectiva de derrubar tanto o veto à Lei Paulo Gustavo quanto o veto à Lei Aldir Blanc 2.

A Lei Aldir Blanc 2 dá permanência a um suporte para as pessoas, para os profissionais que fazem cultura neste País.

Cultura é como nós nos colocamos enquanto Nação. Cultura é coisa de gente. Portanto, o apoio ao setor cultural, com a derrubada dos dois vetos, é fundamental para a construção da cidadania neste País.

---

Documento 12/59

---

75.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/06/2022- CD 17:36	
Publ.: DCD - 02/06/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia das ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo do art. 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2022, da Medida Provisória nº 1.101, de 2022, acerca das medidas emergenciais de atenuação da crise dos setores de cultura e turismo decorrente da pandemia de coronavírus.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT acha que essa é uma medida provisória relativa a eventos: eventos turísticos, eventos acadêmicos, eventos culturais. Portanto, não há como ampliá-la para que abranja segmentos que não

representam eventos.

Por isso, nós queremos ficar com o que diz respeito à medida provisória. A medida provisória reconhece o impacto da crise que nós vivenciamos, crise, aliás, agudizada pela postura negacionista do Presidente da República. O setor de eventos sofreu um impacto inegável. Portanto, é preciso prorrogar o prazo para que haja condições de dar equilíbrio para o funcionamento desse setor.

E aqui nós reafirmamos: isso inclui eventos culturais. Para valorizar a cultura, é preciso derrubar os vetos à Lei Paulo Gustavo e à Lei Aldir Blanc 2.

Portanto, o PT vai contra o destaque e fica com o texto.

---

Documento 13/59

75.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 01/06/2022-22:52
Publ.: DCD 02/06/2022 -	ROBERTO DE LUCENA-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Consequências econômico-sociais da pandemia de coronavírus. Morte de 620 mil brasileiros pela Covid-19. Desafio da geração de novos empregos no País. Omissão dos governantes nas medidas de reversão do processo de desindustrialização brasileira. Evasão de divisas do Brasil por meio de plataformas virtuais de vendas, os chamados e-commerces. Defesa de suspensão de tal prática comercial até a elaboração de legislação específica para o setor.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DE LUCENA.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vencendo a pandemia, um *tsunami* que passou e deixou muitas consequências econômicas e sociais, além da tragédia da morte de mais de 620 mil brasileiros.

Hoje eu quero falar sobre emprego. Essa é uma questão central.

Embora tenhamos produzido 2,7 milhões de postos de trabalho em 2021 e 615 mil novos postos de trabalho no primeiro trimestre deste ano, a geração de empregos é um dos nossos grandes desafios.

Falo em geração de empregos aqui, no Brasil.

Temos assistido, nas últimas 3 décadas, a um processo de desindustrialização severo, sem quase nada fazermos.

Recentemente, Luciano Hang levantou uma questão importante, com repercussão econômica, que a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo repercutiu de forma muito apropriada, trazendo à baila um estudo elaborado por empresários brasileiros sobre a evasão de divisas gerada pelo que chamam de "camelódromos virtuais", os *ecommerces* que trabalham com a venda de produtos importados, geralmente de origem asiática.

Luciano Hang tem razão quando alerta para o fato de que aplicativos como Amazon, Wish, Mercado Livre, entre outros, vêm se aproveitando das brechas da lei e estão contribuindo, e muito, para o enfraquecimento da indústria brasileira e para a evasão de nossas divisas.

As empresas alegam que a concorrência dessas plataformas no ambiente virtual é desleal. *Sites* de venda se beneficiariam da ausência de tributação em compras feitas por pessoas físicas no valor de até 50 dólares - cerca de R\$ 300,00 -, além do subfaturamento de produtos que excedam esse valor.

De acordo com a Receita Federal, o Brasil recebe diariamente mais de meio milhão de encomendas internacionais comercializadas por essas plataformas, com taxas de crescimento superiores a 150% ao ano.

Segundo o estudo, apenas em impostos, os "contrabandistas digitais", como são denominados pelos varejistas nacionais, farão com que o Brasil deixe de arrecadar mais de R\$ 60 bilhões em 2022.

Agora, qual é o sentido disso? Não estamos defendendo mais imposto, absolutamente. Claro que não. O que defendo é que o mesmo benefício seja oferecido à indústria nacional. Defendo a paridade. Isso é justo.

O que precisamos é criar uma legislação específica. E, enquanto essa legislação não entra em vigor, é preciso suspender essa prática, até que tenhamos uma legislação adequada. Enquanto isso, é preciso que a Receita Federal suspenda a entrada desses produtos no Brasil para

que o Brasil pare de exportar nossas divisas para a China, para que o Brasil pare de financiar postos de trabalho no exterior.

Não se trata de protecionismo da cadeia nacional, e sim de igualdade de regras para todos, de que ninguém pague imposto a mais nem a menos que os outros.

---

Documento 14/59

---

76.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/06/2022- CD	12:44
Publ.: DCD - 03/06/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Negacionismo estrutural de subversão da própria realidade vivenciado no Brasil durante o Governo Jair Bolsonaro. Aumento do desmatamento no País. Racismo estruturante existente no Brasil. Aumento da fome, da miséria e da desigualdade social.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - A cada dia, tenho mais convicção de que há um negacionismo muito estrutural. Negacionismo não é só na ciência, que matou tantos brasileiros e tantas brasileiras. São quase 670 mil pessoas que se foram. Quem parte sempre é o amor de alguém. Vamos lembrar a gripezinha, vamos lembrar a cloroquina, vamos lembrar a resistência à própria vacina, vamos lembrar a resistência às máscaras e vamos lembrar o Ministério paralelo, o Ministério da Saúde paralelo, subterrâneo. Ali se trabalhava com o contágio, com a imunidade pelo contágio. Ali se trabalhava para haver muito mais mortes. Entretanto, vários Prefeitos e vários Governadores cumpriram as medidas necessárias para tentar mitigar a devastação que este País vivenciou com relação à pandemia.

Temos, portanto, um negacionismo que não é apenas pontual.

Não é o negacionismo da ciência, não são aqueles que acham que a terra é plana, não são aqueles que acham que o Estado não pode ter políticas públicas, mas tem que estar a serviço dos seus governantes. É um negacionismo estrutural. Nega-se a própria realidade. Não há como não lembrar Cazusa. Cazusa disse: "*Tua verdade não corresponde aos fatos*" e disse também que "*a tua piscina está cheia*

de ratos". Ali nós vamos ver que se nega a realidade.

Aqui nós escutamos que o Governo é um exemplo no desenvolvimento e nas políticas ambientais. Aqui nós tivemos uma alta de 54% no desmatamento, no mês de abril, que foi a maior alta dos últimos 15 anos. A devastação foi a maior dos últimos 15 anos. Isso está estampado, mas as pessoas têm dificuldade de ver, porque negam a própria realidade.

Quando a realidade estabelece seus limites e dados, nós temos diversas interpretações dela. Portanto, os debates de ideia têm que ter como limite os fatos e, inclusive, a democracia e a própria Constituição. Quando se constrói outra realidade, só se admite dentro dela quem pensa da mesma forma. Então, quem discorda, quem se apega aos fatos e quem acredita nos fatos e na realidade é excluído. E aqui nós vamos ver a exclusão do outro.

Este Governo acha que o outro só pode existir se pensar como ele, se amar como ele e se tiver os mesmos credos, senão expulsa o outro, não considera o outro e diz que o outro não merece ter a sua própria existência. Ao mesmo tempo, acha que o Estado lhe serve. Há uma corrosão do Estado.

O que foi isto que nós vimos na Fundação Palmares? Vimos o racismo capturar a Fundação Palmares. O que foi que nós vimos no Ministério do Meio Ambiente? Não foi apenas a não valorização das políticas ambientais, foi uma política antiambiental, foi a destruição dos órgãos de fiscalização e o estímulo ao garimpo ilegal, que enche as nossas vidas de mercúrio, que vai corroendo a nossa própria saúde e que vai corroendo tudo que o cerca. É isto que nós vemos: um Presidente da República que fez o crescimento vertiginoso do garimpo ilegal e que acha que os territórios indígenas não podem pertencer aos povos indígenas, para a preservação da sua condição de povo. Eu lembro uma liderança indígena que dizia: *"Será que alguém acha que nós podemos ser o que somos sem a terra, sem o diálogo com os encantados, sem o diálogo com as matas, sem o diálogo com as águas?"*

Portanto, eles querem pisotear as existências que eles acham que não estão dentro desta reconstrução, da construção de uma narrativa para substituir os fatos.

Parem com isso! Parem com esse nível de mentira! Parem com isso de achar que a mentira e o ódio são metodologias políticas. A política é a forma de estabelecer o debate democrático. É a forma como as divergências podem ser tratadas. Não! Vocês aqui vieram e aplaudiram o que aconteceu com Genivaldo.



Aqui nós vimos um bolsonarista assomar à tribuna e dizer: "*No Brasil não há racismo*". Isso me lembra do que disse Paulo Freire: "*O pior opressor é o que habita o corpo do oprimido*". Esse é o pior opressor. Negar que há racismo neste Brasil e negar o racismo estruturante, que faz um pacto letal com o patriarcalismo e com o sexismo, é letal, porque os corpos que recebem as balas são sempre os mesmos corpos, os corpos dos negros. Esses são os corpos que recebem as balas que não são perdidas, porque sempre acham os mesmos corpos.

A brutalidade cometida por um agente da Polícia Rodoviária Federal nos lembra a câmara de gás, aliás, uma câmara de gás ambulante. Vimos a resistência da bancada governista na Comissão de Direitos Humanos contra a convocação do Ministro para explicar por que retirou a disciplina de direitos humanos da formação dos policiais rodoviários federais, para explicar como a Polícia Rodoviária Federal, que tem um nome a ser zelado e história neste País, vai responder ao caso e punir aqueles agentes que cometeram esse nível de barbárie.

É preciso tirar o Brasil da barbárie, é preciso tirar o Brasil da lógica de que este Parlamento e as estruturas de poder têm que servir à iniciativa privada e ao próprio governante, um governante que disse "*eu não vou admitir que persigam meus filhos e meus amigos*". O que é isso? O que é isso que estamos vivenciando neste Brasil? E ainda alguns vêm aqui e aplaudem. Isso lembra uma música: "*A plateia aplaudindo e pedindo bis*". O Brasil está massacrado com o nível de desemprego em dois dígitos, com a inflação em dois dígitos, com a taxa de juros em dois dígitos, e ontem aqui se quebrou o monopólio da Caixa no penhor, tornando a operação e o crédito de penhor passíveis de ser exercidos por qualquer um e talvez até instrumentos da lavagem de dinheiro e da subavaliação para surrupiarem os recursos da população brasileira. Aqui se disse que é preciso salvar o lucro dos bancos, o lucro de mais de 18 bilhões no trimestre - esse foi o lucro líquido de três bancos privados. Este País não pode continuar assim, não pode continuar com esse joelho na nossa garganta.

Nós temos que ser um Brasil que vivencia a sua grandeza, que tem um projeto de desenvolvimento nacional, um Brasil que acolhe o seu próprio povo, não um Brasil que acha que é natural a fome, que é natural a violência, que são naturais as desigualdades. Este País precisa se encontrar consigo mesmo. O Brasil precisa ser devolvido ao povo brasileiro. A bandeira nacional precisa ser devolvida ao povo brasileiro, porque ela foi arrancada do povo e está cravada de balas.

O Brasil precisa de Lula.

79.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/06/2022-  
CD 20:28

Publ.: DCD - 08/06/2022 - ALINE SLEUTJES-PROS -PR

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Contestação às manifestações, especialmente de membros de partidos de Esquerda, sobre a responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelas pressões inflacionárias. Apoio do Governo Federal à população carente do País. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2022, na comparação com o mesmo período do ano passado. Patriotismo e integridade do Governo Jair Bolsonaro.

---

**A SRA. ALINE SLEUTJES** (PROS - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, demais Parlamentares, sigo a mesma linha de raciocínio do Deputado anterior, que muito bem apresentou números e informações, os quais, infelizmente, não chegam até a ponta, até a população por falta de uma rede de comunicação que realmente seja verdadeira. Há hoje um viés ideológico muito forte em muitas redes, e isso dificulta que a verdade chegue aos quatro cantos do Brasil.

É grande o fator das pressões inflacionárias pelo mundo que a pandemia da COVID proporcionou, e no Brasil não foi diferente. Mas, infelizmente, as pessoas de má-fé, principalmente aquelas de partidos de esquerda, colocam a todo momento um xeque-mate para o Governo, dizendo que a culpa do alimento mais caro é do Presidente Bolsonaro, que a culpa do remédio mais caro é do Presidente Bolsonaro, que a culpa do combustível mais caro é do Presidente Bolsonaro. Na verdade, esquecem-se de fazer essa pergunta aos seus Governadores e aos seus Prefeitos, que muitas vezes disseram durante a pandemia: *"Fique em casa. Vamos fazer lockdown. Vamos fechar as empresas. Vamos deixar os empregos para depois. Vamos cuidar agora da saúde"*. E agora o preço veio. A inflação está alta, as dificuldades estão aí. Nós temos superado esses desafios todos os dias, vendo que os programas do Governo Federal apoiam aqueles que estão passando por dificuldade.

Há uma expressão que diz que o País tem que ser reinventado a todo momento. Mas ele tem demonstrado sua força, sua pujança econômica frente a este mesmo trimestre em 2021. O avanço foi de 1,7% nos valores correntes. O PIB chegou a mais de 2 trilhões de reais. Vemos que o mundo está com dificuldade de alimentação, há falta de comida, falta de combustível. No Brasil não faltou nada. Por quê? Porque o nosso agro não para, trabalha dia e noite para colocar o prato de comida na mesa do brasileiro. O desemprego caiu mesmo no pós-

pandemia, com todas as dificuldades que temos visto. Comparado ao trimestre anterior, ele cresceu 4,3 pontos percentuais.

As pessoas reclamam desse aumento histórico, mas se esquecem de cobrar a conta de quem realmente fez a coisa acontecer. Nós temos visto a luta dos Ministros deste Governo para ajudar a reduzir gastos, para ajudar a melhorar a vida das pessoas, para refinar as dívidas, para dar novas linhas de crédito, para cuidar daqueles menos favorecidos. Este Governo tem feito o possível e o impossível para que os nossos alunos permaneçam estudando, já que o FIES foi reduzido em até 98%.

Vemos que neste Governo há zelo pela mulher, zelo pelos deficientes, zelo pela família, zelo pela estruturação da sociedade, zelo pelo dinheiro público, zelo por tudo o que temos feito como população brasileira para trazer de volta o patriotismo, o civismo, os valores e o desenvolvimento desta Nação. Sem corrupção, sem prejuízo para o bolso do cidadão, nós vamos lutando para continuar a construir este Brasil verde e amarelo.

---

Documento 16/59

---

82.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/06/2022-14:04
Publ.: DCD 09/06/2022 -	MARCELO MORAES-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

---

### *Sumário*

Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pela adoção de medida para o barateamento do preço dos combustíveis. Atuação do Governo Federal para a mitigação dos efeitos da pandemia de coronavírus sobre a vida da população brasileira.

---

**O SR. MARCELO MORAES** (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, na verdade, eu quero só parabenizar o Governo Bolsonaro, porque, além de isentar os impostos federais sobre os combustíveis, PIS, COFINS e CIDE, também tomou a iniciativa de ressarcir os Estados que fizeram o mesmo com os seus impostos. Isso faz com que consigamos baratear o combustível lá na ponta, lá na bomba, para o cidadão brasileiro.

Quero dizer que este é o Governo que cuidou da saúde e também da economia durante a pandemia. Ele não tem medido esforços nesse

período de pós-pandemia e de guerra para tentar minimizar os impactos disso para a nossa população.

Isso só é possível porque este é um Governo que não rouba, não desvia; é um Governo que serve à população brasileira e não se serve dos seus recursos.

Parabéns ao Presidente Bolsonaro!

---

Documento 17/59

---

82.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 08/06/2022- CD	14:56
Publ.: DCD - 09/06/2022 - MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Protesto contra o boicote dos Estados Unidos da América à participação de Cuba, Venezuela e Nicarágua no encontro da Cúpula das Américas.

---

**O SR. MARCON** (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero manifestar nossa solidariedade aos países que estão sendo boicotados e não foram convidados para participar da Cúpula das Américas. Não é de hoje que os Estados Unidos boicotam Cuba, Venezuela e Nicarágua. Agora não querem que eles participem desse encontro. Isso mostra, mais uma vez, que os Estados Unidos gostam de massacrar os pequenos e aqueles que olham para o povo.

Cuba já vacinou quase 100% da sua população. Cuba tem a sua própria vacina contra o coronavírus. Cuba estende sua solidariedade, com seu povo, com seus médicos, a vários países pobres do mundo inteiro, inclusive ao Brasil. Aqui no Brasil, havia mais de 10 mil cubanos atendendo a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Nascimento. PSC - SP) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. MARCON** (PT - RS) - Então, os Estados Unidos têm que deixar de perseguir Cuba, Nicarágua e Venezuela e deixar que eles participem do encontro. O Presidente do Peru disse que, se esses países não participarem, o Peru também não vai participar.

Eu gostaria de colocar este pronunciamento no programa *A Voz do*

Brasil, Sr. Presidente.

Documento 18/59

82.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/06/2022-16:16
Publ.: DCD 09/06/2022 -	PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

Dados alarmantes divulgados no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19. Protesto contra a destituição do Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA pelo Governo Jair Bolsonaro.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, colegas Deputadas e Deputados, eu venho aqui, porque foi divulgado hoje o *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19*. No primeiro inquérito, os dados eram de dezembro de 2020.

Esse segundo inquérito vai, Deputada Maria do Rosário, de novembro de 2021 a abril de 2022, e ele é assustador. Infelizmente, esse segundo inquérito ainda não abrange o período de alta inflação, não pega essa alta de preços da comida, porque os dados vão até abril de 2022.

Se fizermos uma comparação, o Brasil saiu, de acordo com os dados de 2020, de 19,1 milhões de pessoas para 33,1 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave. São pessoas que estão na miséria, passando fome. Quando pegamos o grau de insegurança alimentar, dos dados de 2020, de 116,8 milhões pulamos para 125,2 milhões de pessoas em grau de insegurança alimentar moderada, leve ou grave. São 14 milhões a mais de brasileiros que estão em situação de insegurança alimentar grave, na fome, na miséria.

Os dados são sérios. Agradecemos e reconhecemos o trabalho da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional, a Rede PENSSAN, com execução do Instituto Vox Populi, que tem apoio e parceria da Ação da Cidadania, da ActionAid, da Friedrich Ebert Stiftung Brasil, do Instituto Ibirapitanga, da Oxfam Brasil e do SESC de São Paulo. Esse conjunto de entidades parceiras mostra

a seriedade desse *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar*.

Deputada Maria do Rosário, a fome tem gênero. Entre os lares das mulheres, a situação é ainda mais grave, porque é onde há desemprego. E, onde há analfabetismo, é mais grave ainda. Quando se trata de pessoas que se identificam como pardas ou pretas, é ainda mais grave. E naqueles lares - isso é que é dolorido e cruel - onde há crianças, é ainda mais profundo. As consequências ocorrem em relação à educação, à desnutrição, à mortalidade infantil, isso desencadeia uma série de danos de fato na vida.

Este Governo é cruel, porque a primeira canetada depois de assinar a posse foi destituir o CONSEA, o Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional.

Quem precisar de mais dados consulte a página Olhe para a Fome, lá está o relatório completo, que é um calhamaço, com todos os pormenores. Está na página Olhe para a Fome.

Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos veículos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, mais uma vez.

---

Documento 19/59

---

82.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	08/06/2022-16:28
Publ.: DCD 09/06/2022 -	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Avanço da miséria, da fome e da concentração de renda no período do Governo Jair Bolsonaro. Fracasso da política econômica adotada pelo Chefe do Poder Executivo Federal. Responsabilidade do Congresso Nacional pela tragédia da pandemia de coronavírus, pela crise econômica e pelo desmonte do patrimônio público nacional.

---

**O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um escândalo ver um documento que mostra, no País que é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, miséria, fome, desemprego, sofrimento humano.

Este é um Governo que, em 1 ano - ainda não se passou 1 ano -, aumentou em 14 milhões o número de pessoas que passam fome! Nós, Deputados, não entendemos nada de fome! Nós deveríamos ficar 2 dias sem nos alimentar para ver o que é fome, o que é a dor de passar fome neste País, onde 116 milhões de brasileiros estão em insegurança alimentar.

Nós estamos mirando a metralhadora para o Governo Bolsonaro, sim, porque ele é o principal responsável pela política econômica, pela ausência de política social, pela ausência de uma política de emprego e renda, de aumento do salário mínimo, de aumento da renda da classe trabalhadora brasileira, dos agricultores e do nosso povo.

E nós também temos que olhar para este Parlamento e fazer uma avaliação dos Deputados que assinaram e votaram aqui, Deputada Maria do Rosário, a favor da reforma da Previdência, que está deixando milhões de brasileiros sem se aposentarem, e estão passando fome idosos e principalmente mulheres.

Este Parlamento aqui tem o DNA - e tenho foto - da reforma trabalhista, que tirou o direito de milhões de brasileiros. Este Parlamento aqui votou o projeto do Bolsonaro para não aumentar o salário mínimo, crescimento mais inflação. Neste Parlamento aqui há Deputados que, com a sua assinatura, votaram o desmonte do patrimônio nacional, como a privatização da ELETROBRAS, da PETROBRAS, e tantos outros desmontes do patrimônio e da soberania nacional. Este Parlamento aqui também é responsável pela tragédia da pandemia, que proliferou, junto com Bolsonaro, a negação da ciência, a negação da dignidade humana, tanto que somos o segundo país do mundo em número de mortes, uma tragédia na saúde, tragédia na pandemia e tragédia na economia.

Nosso País não cuidou da vida do povo nem da economia. O Brasil é uma tragédia no cuidado com a vida, tanto que tivemos 667 mil mortos, e também é uma tragédia na economia. De um lado, aumentou a miséria; de outro, a riqueza dos bilionários, junto com Bolsonaro.

---

Documento 20/59

---

82.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-08/06/2022- 20:04
Publ.: DCD - 09/06/2022 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desaprovação pelo povo brasileiros dos ataques do Presidente Jair Bolsonaro à

cultura. Expectativa de rejeição pelo Congresso Nacional de vetos presidenciais ao projeto de lei sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de fomento ao setor cultural (projeto de Lei Aldir Blanc 2) e ao projeto de lei complementar sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a garantia de ações emergenciais voltadas ao setor cultural (projeto de Lei Paulo Gustavo). Contestação a discurso do Deputado Otoni de Paula sobre crítica à decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de cassação do mandato de Deputado Estadual do Paraná por divulgação de fake news. Ataques à democracia pelo Presidente Jair Bolsonaro e por seus apoiadores. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome no Governo Jair Bolsonaro. Defesa da autonomia do STF, especialmente para a proteção da Consituição Federal. Expectativa de vitória do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, Deputado Odair Cunha, é uma alegria e uma honra falar sob a Presidência de V.Exa.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo brasileiro que acompanha esta sessão da Câmara Federal, primeiro, Líder Reginaldo, quero falar de algo muito importante. O povo brasileiro, na sua ampla maioria, apoia a cultura brasileira e não aceita a perseguição, não aceita a postura de Bolsonaro, que ataca permanentemente a cultura do País. De hoje até terça-feira que vem, nós haveremos de construir uma ampla mobilização para derrubar os vetos à Lei Aldir Blanc 2 e à Lei Paulo Gustavo. A cultura brasileira e o povo brasileiro merecem a derrubada desses vetos, na semana que vem, aqui na nossa Casa e no Senado.

Segundo, eu estava preparado realmente para falar sobre este tema de hoje. E, há pouco, a tribuna foi ocupada pelo Deputado Otoni de Paula, um dos líderes do "gabinete do ódio", um dos líderes destacados dessa milícia digital criminoso que o bolsonarismo construiu ao longo desses últimos anos, que traz o assunto à tona. E ele traz o assunto criticando mais uma vez uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Essa decisão foi democrática e constitucional, porque a nossa liberdade de expressão não inclui a liberdade para atacar a democracia, a liberdade para cometer o crime de atacar a democracia, de atacar o processo democrático. Aliás, o que eles querem é exatamente um ambiente de anarquia no País.

Veja a frase de Bolsonaro dita hoje, Líder Alencar, que me autoriza o uso deste tempo em nome da nossa Liderança. Veja a frase de Bolsonaro: *"Fui do tempo em que decisão do Supremo se cumpria. Agora, não sou mais"*, Deputado Patrus Ananias. A proposta de Bolsonaro é a anarquia, é a desobediência, é o autoritarismo que daria ao Presidente da República, Deputado Odair, o direito de comandar o



País como um déspota. Se nós não tivermos divisão de poder, se nós não tivermos efetivamente um Supremo Tribunal e uma Justiça Eleitoral para garantirem que, na próxima eleição, o bolsonarismo não possa usar e abusar das *fake news*, das mentiras, que foram, de fato, a grande alavanca que levou Bolsonaro à Presidência da República...

E o desespero de Bolsonaro está estampado nas ações das últimas semanas. Hoje mesmo eu debati com outra liderança da Casa, a Deputada Alê Silva, que disse: *"Eu não acredito nas pesquisas. Eu não acredito na urna eletrônica"*. Aí eu complementei: *"A senhora também não acredita na vacina"*. E ainda completei, Deputado Reginaldo Lopes e Deputada Jandira Feghali: *"E a senhora não acredita no povo brasileiro, que, por maioria, está deixando clara a sua decisão de virar a página do bolsonarismo e eleger Lula Presidente, numa ampla aliança, uma aliança de diálogo, uma aliança que quer buscar soluções para o País, uma aliança que quer colocar na mesma mesa pessoas que pensam de modo diferente, mas que, de forma democrática e civilizada, fora deste ambiente de ódios e intolerâncias que o bolsonarismo alimenta metódica e diariamente, tentam encontrar soluções para gerar empregos, para combater a inflação, para combater a fome"*.

Deputado Patrus Ananias, V.Exa., como Ministro, ao lado do Presidente Lula, foi uma das grandes lideranças que, junto com o povo brasileiro, num grande mutirão de solidariedade social, tiraram o Brasil do Mapa da Fome. Nós hoje tivemos a notícia de que, no Brasil, 33 milhões e 100 mil pessoas estão em situação de fome grave. Quando Betinho desencadeou a campanha de solidariedade *Natal sem Fome*, o Brasil tinha 32 milhões de pessoas em situação de fome - era gravíssima a situação. Lula chegou à Presidência e, junto com o povo brasileiro, desencadeou um conjunto de programas, como o Bolsa Família e programas de valorização do salário mínimo, de renda mínima, de recuperação da economia, de geração de empregos, de investimentos públicos. E o Brasil saiu do Mapa da Fome, uma das maiores conquistas, no que diz respeito à dignidade, a que esta Nação já assistiu, Presidente Odair Cunha.

Aí, por esse desvio provocado pelas *fake news*, o poder caiu na mão de um despreparado como Bolsonaro, que, com sua incompetência e despreparo, criou o governo do conflito, do ódio e da intolerância, um governo que não governa e que passa o tempo inteiro brigando. Qual é o resultado? O Brasil volta para o Mapa da Fome. Dentre os países que, ao longo da história, saíram do Mapa da Fome, o único que a ele voltou, infelizmente, foi o Brasil.

Sabem V.Exas. o que revela esse número de pessoas em situação de fome? Desde o ano de 2020, Deputado Pastor Sargento Isidório, duplicou o número de brasileiros passando fome. Em 2 anos desse

descalabro do Governo Bolsonaro, o número de pessoas nessa situação grave duplicou, e 16 milhões de pessoas entraram no Mapa da Fome. E qual é a pauta do Presidente da República diante da maior inflação dos últimos 28 anos, diante do preço exorbitante dos combustíveis, diante do desemprego, diante da fome? A pauta dele é defender o mundo das *fake news*. É por isso que ele briga com o Supremo. E é por isso que o Deputado Otoni de Paula vai à tribuna tentar abrir uma briga com os Ministros que estão botando um freio na indústria de mentiras.

Nós temos que disputar eleição democraticamente, com base em ideias, em projetos, não nas narrativas mentirosas que compõem esse festival de *fake news* que levou Bolsonaro à Presidência.

Aliás, as *fake news* não são só um problema da democracia, são um problema que tem a ver com a vida e a morte. Quantos de nós, Deputado Odair Cunha, assistimos aos vídeos criminosos que o bolsonarismo e outros setores negacionistas da extrema-direita fizeram para convencer o povo de que a vacina era ruim, de que a vacina ia prejudicar as pessoas? Milhares de brasileiros morreram por conta dessas *fake news* e dessa irresponsabilidade do bolsonarismo.

Presidente, com a sua compreensão, eu concluo dizendo: é hora de defender, sim, a autonomia dos Poderes, defender que os Ministros do Supremo têm autonomia para nos proteger e proteger a Constituição brasileira. É hora de dizer "*Chega de tanta mentira!*" aos bolsonaristas. E é hora de convidar o povo brasileiro para, numa ampla aliança, levar Lula de novo à Presidência deste País. (*Palmas.*)

---

Documento 21/59

---

83.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/06/2022-10:04
Publ.: DCD 10/06/2022 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo avanço da fome e da insegurança alimentar no Brasil. Inexistência de projeto de desenvolvimento nacional do Governo Federal. Descaso do Presidente da República com o sofrimento da população afetada pela inflação, pelo desemprego e por calamidades climáticas e com o meio ambiente. Questionamento sobre o desaparecimento do jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista Bruno Araújo Pereira na região do Vale do Javari, Estado do Amazonas. Crítica à

decisão do Superior Tribunal de Justiça favorável à validação do caráter taxativo do rol de procedimentos e eventos estabelecido pela Agência Nacional de Saúde - ANS às operadoras privadas de planos de saúde, sem a obrigatoriedade de cobertura de tratamentos não previstos na lista. Defesa de criação de grupo suprapartidário na Casa para atuação em defesa dos clientes de planos de saúde. Exigência de tratamento digno e respeitoso aos trabalhadores da Fortaleza Serviços Empresariais Ltda, prestadora de serviços gerais à Casa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - No momento em que houve o aumento da safra no Brasil, houve o aumento da fome, e 33 milhões de brasileiros e brasileiras estão em situação de fome, e mais da metade da população brasileira, em insegurança alimentar. Não sabe se irá se alimentar, se os filhos e filhas terão acesso à comida. Essa é a realidade do Governo, além das mortes, que poderiam ter sido evitadas.

As pessoas que morreram foram vítimas da ode à cloroquina, vítimas de toda a campanha que foi feita contra as medidas não farmacológicas pelo Presidente da República, e da campanha contra a vacina. Tudo isso o Brasil vivenciou. E não há como esquecer, porque colou na pele, colou na alma deste País o que nós estamos vivenciando.

Não há projeto de desenvolvimento nacional.

Nós temos uma inflação de dois dígitos, uma taxa de desemprego de dois dígitos, uma taxa de juros de dois dígitos. E nós temos um desprezo do Governo para com o sofrimento do povo. Vejam que ele liberou quase nada dos recursos que estavam destinados para o atendimento das vítimas das calamidades, que se acentuam na medida em que há o desrespeito para com o meio ambiente. As mudanças climáticas acontecem em função dos desarranjos que estão postos por uma política antiambiental que ocupou este País. O Presidente da República tem uma política antiambiental.

E, para falar em meio ambiente, nós não podemos esquecer que há uma pergunta que tem que ser repetida todos os dias: onde estão o jornalista Dom e o ambientalista Bruno, que desapareceram dias após serem vítimas de ameaças em uma região onde existe crime? Aliás, nós tivemos um Ministro do Meio Ambiente que está sendo denunciado por crime ambiental, por estar coadunado com pessoas que extraem ilegalmente a madeira.

É preciso estancar o sofrimento do povo brasileiro. E, com a decisão de ontem do STJ, esse sofrimento se agudiza. Como é possível dizer que os planos de saúde, que lucram e lucram, têm que cobrir apenas as

patologias e os tratamentos estabelecidos, como se além do rol taxativo não houvesse nada mais? Como ficam as pessoas que têm doenças raras, que são atendidas, muitas vezes mediante decisão judicial, pelos planos de saúde? Como ficam as pessoas com deficiência, que dependem de tratamentos fundamentais para a qualidade de vida, para o desenvolvimento de suas potencialidades? Como ficam as pessoas que têm que optar por um equipamento ou por um procedimento para salvar vidas? Com a decisão do STJ, essas pessoas foram abandonadas. A decisão do STJ prioriza os lucros.

Esta Casa tem que reagir. Esta Casa deve se organizar de forma suprapartidária para ir ao Supremo falar sobre isso, mas também tem que se organizar para universalizar os atendimentos. As pessoas pagam um plano de saúde às vezes com muita dificuldade e vão ficar abandonadas se suas patologias não estiverem previstas, porque não se trata mais de um rol exemplificativo, mas de um rol taxativo, em que só aquelas patologias que estão previstas podem ter o aval para que possa haver o acolhimento e o atendimento pelos planos de saúde. É preciso que nos movimentemos de forma suprapartidária, Deputado Roberto, para que nós possamos reagir a isso e defender as pessoas que precisam dos planos de saúde, esses que tanto lucram.

Por fim, Presidente, pedindo apenas mais 30 segundos, eu quero dizer também que nós não podemos conviver com o fato de haver trabalhadores nesta Casa que não estão tendo seus direitos respeitados.

A empresa Fortaleza, que presta serviço para esta Casa, não está arcando com o transporte dos trabalhadores que moram no Entorno de Brasília. Ela não tem profissionais de reserva. Portanto, se um profissional adoecer, não há uma reserva, sobrecarregando-se quem aqui está. É preciso respeitar os profissionais que fazem com que este Poder Legislativo funcione, os terceirizados e as terceirizadas.

Apenas lembro que, se nós olharmos o elevador que os Parlamentares utilizam todos os dias, nós vamos ver que ali há um tamborete para que os profissionais que ficam uma jornada de 6 horas dentro do elevador possam se sentar. Isso é um desrespeito. É preciso dar dignidade para os terceirizados e as terceirizadas desta Casa, porque sem eles este Poder não funciona.

---

Documento 22/59

83.2022

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 09/06/2022-10:12

Publ.: DCD  
10/06/2022 -

CORONEL ARMANDO-PL -SC

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

---

### *Sumário*

Contestação a críticas da Esquerda ao Governo Jair Bolsonaro. Caráter fraudulento de pesquisas eleitorais realizadas no Brasil. Necessidade de realização de auditoria para garantia da segurança das urnas eletrônicas nas eleições de 2022. Ações do Presidente Jair Bolsonaro em prol da população brasileira, especialmente no enfrentamento da carestia, do desemprego, da fome e no combate à corrupção. Adoção de medidas pelo Chefe do Poder Executivo Federal para a redução do preço dos combustíveis.

---

**O SR. CORONEL ARMANDO (PL - SC. Sem revisão do orador.)** - Meus amigos de Santa Catarina e do Brasil, estou aqui para falar algumas coisas sobre o Governo Bolsonaro.

Nós sempre ouvimos discursos do pessoal da Esquerda criticando o Governo, atacando e desmerecendo as atitudes e as ações do Governo Bolsonaro em prol da nossa população e do Brasil. Nós temos que lembrar que o Brasil está acima de tudo e Deus está acima de todos. E nós, como membros da base governista, não podemos deixar que mentiras sejam colocadas para se tentar influenciar a nossa população.

Vemos o apoio que o Presidente Bolsonaro tem nas ruas e nas suas manifestações em todo o Brasil. Sem barrar ninguém, ele está sempre sendo saudado e ovacionado pelas pessoas, enquanto os outros candidatos não conseguem ir às ruas. Há pesquisas que, em minha opinião, são fraudadas para criar uma situação que possa levar, no futuro, a uma manipulação das eleições.

Nós sabemos disso e queremos transparência nas eleições. Queremos que a população tenha o máximo possível de certeza da credibilidade das nossas urnas eletrônicas. Isso será feito com a participação de todos e, principalmente, com a atuação de órgãos que possam ajudar o TSE a comprovar isso, ou seja, precisaremos ter alguma auditoria para comprovar a credibilidade das nossas eleições.

Também quero dizer da preocupação do Presidente Bolsonaro em diminuir a fome no Brasil. E existe na Esquerda uma memória muito fraca, que, na verdade, eles têm intenção de apagar. Eles apagam o Governo Dilma Rousseff, que culminou com a corrupção no Brasil. Não existe nada que leve mais à fome do que roubar, furtar dinheiro da população.

Quando se fazem críticas, temos que nos lembrar da corrupção. Não podemos admitir a possibilidade de trazer de volta ao poder um

governo que roubou o Brasil, que provocou o maior escândalo de corrupção do mundo e que hoje se faz de anjo, escondendo a grande verdade.

A preocupação do Governo Bolsonaro também se reflete no preço dos combustíveis. Nós temos uma crise internacional provocada pela guerra da Rússia com a Ucrânia, temos uma economia debilitada pela pandemia, e mesmo assim o Brasil é um dos países que está se recuperando mais rapidamente. Por quê? Porque atitudes corajosas foram tomadas pelo Presidente Bolsonaro, que dizia: "*Vamos combater a pandemia, mas não vamos paralisar a economia*". E esse é o reflexo na recuperação do Brasil.

Nós investimos muito para que a nossa população possa ter sempre uma melhora na condição de vida. Isso não é discurso, são fatos, os quais não há como negar.

Quero dizer também, sobre o preço dos combustíveis, que a PEC que o Presidente enviou para o Congresso vai ser votada, e há uma reação de Governadores e Prefeitos contra a redução do ICMS. O Governo disse que vai, inclusive, compensar isso. Mas, quando perdem no Congresso qualquer decisão, os partidos de esquerda correm ao STF, hoje um tribunal de pequenas causas e não um fórum adequado para representar o poder supremo da Justiça do nosso Brasil.

Então, eu quero destacar aqui as ações do Governo Bolsonaro em prol da população e conclamar a todos para que se manifestem apoiando o Governo, declarando a confiança no nosso Presidente, que tem feito um excepcional trabalho em prol do Brasil.

Era isso.

Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! Estamos juntos.

Presidente, gostaria que minha fala fosse transmitida no programa *A Voz do Brasil* e nos outros meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 23/59

---

83.2022

Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/06/2022-  
CD 10:44

Publ.: DCD - 10/06/2022 - VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM  
DISCURSO

---



## **Sumário**

Participação do orador na plenária da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM. Subscrição pelo orador de documento de entidades representativas de servidores públicos sobre demandas relativas ao fortalecimento do serviço público e à organização sindical da categoria. Saudação a dirigentes sindicais. Recebimento pelo orador de mensagem da Câmara Municipal de Iracemápolis, Estado de São Paulo, de moção de apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2022, do Senado Federal, sobre alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, acerca do estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sarscov-2 (Covid-19), para permissão da incorporação aos vencimentos dos servidores públicos de benefícios associados ao tempo de serviço exercido entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Expectativa de aprovação da matéria pelos senadores. Defesa da valorização dos servidores públicos do País.

---

**O SR. VICENTINHO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste início de semana, eu tive a honra e a alegria de participar da plenária nacional da direção da CONFETAM, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal. Em diálogo sobre a conjuntura, nós abordamos vários temas importantes e nos foi entregue um documento assinado pelas várias federações e confederações de servidores públicos - CONFETAM, FENASEPE, CNTE, CONDSEF, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, PROIFES, entre outras.

Nesse documento, Sr. Presidente, que assino embaixo e deixo aqui para que a taquigrafia incorpore ao meu pronunciamento, porque são demandas importantes, a primeira coisa é a luta pelo fortalecimento do serviço público para reconstruir e transformar o Brasil. Outro item é por um Estado democrático e soberano, com o fortalecimento dos serviços públicos. Outro item é liberdade de organização e sustentabilidade das entidades sindicais. Outro item é por condições dignas para o servidor público.

É um documento profundo, porém muito importante. Por isso, eu gostaria de vê-lo incorporado ao meu pronunciamento.

Essa luta em defesa dos servidores públicos, Sr. Presidente, tem tudo a ver com o que nós fizemos aqui. Graças a Deus, não foi aprovada a PEC 32, porque não só atingiria os serviços públicos, inclusive retirando a estabilidade dos servidores, como também feriria os princípios da administração pública, retirando do Estado a responsabilidade de ser o grande porto seguro da comunidade e do povo brasileiro. O Estado está acima de qualquer um, como diz a própria Constituição brasileira, que de vez em quando tentam quebrar

aqui.

Quero mandar o meu abraço para toda a direção dos sindicatos, das federações do Estado inteiro e das confederações, na figura da estimada Presidente Ju, digna companheira. Aproveito para também saudar o Prof. Dinailton, Presidente do SINDSERV, de São Bernardo; o Prof. Ritchie, Presidente do SINDEMA, de Diadema; e o nosso companheiro João Gabriel, Presidente do SINDSEP, na Capital.

Também quero saudar as pessoas de todos os Estados com quem tive a honra de me encontrar e que me falaram dos seus sonhos. Na oportunidade, encontrei-me com quem? Com a nossa querida companheira Graça Costa. Quem é Graça Costa? Ela foi Presidente da CONFETAM e se envolveu inteiramente nas nossas lutas em defesa dos servidores. Graça Costa é do Ceará e pré-candidata a Deputada Federal.

Querida Graça, tomara que o povo do Estado do Ceará reconheça o seu trabalho e a sua história, para que você venha para cá, para lutar junto com a nossa gente em defesa das servidoras e dos servidores públicos! Vamos fortalecer esse time em defesa dos direitos dos trabalhadores!

Sobre o mesmo tema, Sr. Presidente, informo que hoje, ao chegar ao meu gabinete, recebi mensagem da Câmara Municipal de Iracemápolis, assinada pelo Presidente daquela Casa, o Vereador Jean Carlos Ferreira, e também da Irene, a nossa querida Irene, dirigente da CONFETAM. Por que estou sendo procurado por eles? No caso do Presidente da Câmara de Vereadores de Iracemápolis, trata-se de uma moção de apoio; no caso da Irene, do projeto que altera a Lei Complementar nº 173, de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, para permitir a incorporação aos vencimentos dos servidores públicos de benefícios associados ao tempo de serviço exercido entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. Esse projeto de lei complementar, que recebeu o número 04 no Senado, tem a autoria do importante Senador Alexandre Silveira, do PSD de Minas Gerais.

Eu espero que os Senadores fiquem atentos e sensíveis à causa desses servidores que ficaram cuidando da população na saúde, no atendimento de assistência social, na psicologia. São médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde. É necessário que o Estado reconheça esse pleito. Nós já aprovamos aqui o piso para a enfermagem e para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Dessa forma, o Estado valoriza os já qualificados servidoras e servidores públicos do nosso País nos três níveis.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 24/59

---

84.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 13/06/2022-17:20
Publ.: DCD 14/06/2022 -	- WALDENOR PEREIRA-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Manifestação de pesar pelo falecimento da jovem Maria Eduarda Morais, filha da Vice-Prefeita Joanina Sampaio, do Município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia. Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia das ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

---

**O SR. WALDENOR PEREIRA (PT - BA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a população do Município de Livramento de Nossa Senhora, no Estado da Bahia, ontem foi surpreendida com a morte súbita de Maria Eduarda Morais, aos 14 anos de idade, filha da querida amiga, companheira, Vice-Prefeita do Município, Sra. Joanina.

Eu quero me somar a todos os amigos, amigas e familiares que, neste momento, externam o seu sentimento, as suas condolências à companheira Joanina pela perda irreparável da sua filha, Maria Eduarda Morais. Estendo os meus cumprimentos também ao Prefeito Ricardinho e ao companheiro Hugolino, líder comunitário, Secretário de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo daquele Município, que são amigos muito próximos da Vice-Prefeita Joanina.

Portanto, à Vice-Prefeita do Município de Livramento, Joanina, as nossas condolências, os nossos sentimentos pela perda súbita da sua filha, Maria Eduarda Morais.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, amanhã esperamos derrubar os vetos à Lei Aldir Blanc 2 e à Lei Paulo Gustavo, duas leis de proteção ao setor cultural brasileiro, um setor que envolve 6 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da cultura, um setor que diz respeito ao

segmento da economia criativa, que movimenta anualmente cerca de 300 bilhões de reais.

Portanto, trata-se de um setor da mais relevante importância, que foi, Sr. Presidente, colegas Parlamentares e todos os que nos acompanham pela *TV Câmara*, o mais prejudicado em razão da incidência da pandemia. Foi o primeiro segmento econômico a paralisar suas atividades e só agora, aos poucos, está retomando paulatinamente as atividades que envolvem este volume de recursos que envolvem estes 6 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras no nosso País.

Deixo todo o nosso apoio aos trabalhadores e às trabalhadoras na cultura. Amanhã, mantido na pauta do Congresso Nacional, vamos votar a favor da derrubada do veto desse Governo negacionista, desse Governo inimigo número um da cultura brasileira.

Vivam os trabalhadores e as trabalhadoras da cultura do Brasil!

Manifestamos nosso total apoio à derrubada do veto da Lei Aldir Blanc II e da Lei Paulo Gustavo, em apoio financeiro a este importante segmento da economia brasileira.

Muito obrigado.

---

Documento 25/59

84.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/06/2022-18:52
Publ.: DCD 14/06/2022 -	CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo às autoridades competentes para o cancelamento de ação de despejo contra moradores do acampamento Dom Tomás, no Município de Crixás, Estado do Tocantins.

---

**O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho falar da ameaça de despejo do acampamento Dom Tomás, no Município de Crixás, no sul do Tocantins. Deputado Frei Anastacio, 50 famílias vivem nesse acampamento desde 1997. Durante a pandemia da COVID, eles distribuíram centenas de cestas básicas de produção no acampamento

Dom Tomás. Agora, uma liminar do Tribunal de Justiça de um juiz que está substituindo um desembargador quer despejar essas 50 famílias. Crianças, adultos, idosos, alguns deles doentes, não têm para onde ir.

Nós já enviamos ofício para o Governador do Estado, para o Presidente do Tribunal de Justiça, para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, para o comandante da Polícia Militar, para fazer com que esse despejo seja cancelado. É inadmissível!

O Supremo Tribunal Federal determinou que até o dia 30 de junho não pode ocorrer despejo, mas infelizmente no Tocantins isso é o useiro e vezeiro. Estão querendo jogar na rua trabalhadores que estão produzindo na Fazenda Conceição, agora chamada de Irapuru. Inclusive, já foi expedido um ofício do comandante da Polícia Militar para organizar o despejo daquelas famílias, lamentavelmente.

Sr. Governador, o senhor tem que ter responsabilidade de olhar para as pessoas que labutam, que trabalham no Estado do Tocantins, onde já ocorreram vários despejos. E agora eu venho denunciar esse despejo que está para acontecer.

Nesse acampamento, meu querido Deputado Frei Anastacio, no ano de 2009, o Presidente Lula determinou a criação do assentamento, mas infelizmente o INCRA vacilou e não cumpriu a ordem do Presidente da República.

Mas tenho certeza absoluta de que iremos conseguir mudar essa decisão do Tribunal de Justiça. E eu peço ao Presidente do Tribunal de Justiça que olhe com carinho essa situação no acampamento Dom Tomás, no Estado do Tocantins. Isso é, sem sombra de dúvida, uma atrocidade! As pessoas que lá vivem não têm pra onde ir, não têm onde morar. São velhos, são crianças, são pessoas que estão passando por problemas de saúde.

Sr. Presidente, gostaria que a minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 26/59

---

84.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/06/2022-19:20
Publ.: 14/06/2022 -	DCD	ELI BORGES-PL -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

## **Sumário**

Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pela superação da crise sanitária decorrente da pandemia de coronavírus e dos efeitos econômicos no Brasil da guerra da Federação da Rússia contra a Ucrânia. Saudação a grupo apoiador do orador no Município de Colmeia, Estado de Tocantins.

---

**O SR. ELI BORGES** (PL - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, como um bom baiano que é, e dizer que nós estamos vivendo um tempo no Parlamento brasileiro em que muitos conseguem transmitir para a população um pessimismo que *a priori* deveria ser otimismo. O Brasil atravessou a COVID. Graças a Deus, a maioria já não usa mais máscara, e nós estamos vivendo um tempo bom.

Entrando na questão da guerra na Ucrânia, muitos criticaram o Presidente Bolsonaro, que fez uma visita ao Presidente russo. Aqui abro um parêntese para dizer que discordo da guerra da Rússia com a Ucrânia. Mas a visita não tinha objetivo de guerra. Era apenas para garantir os insumos para que o agronegócio não sofresse solução de continuidade.

Em outro ângulo, Sr. Presidente, também é preciso dizer que, apesar dessas duas crises - uma sanitária e outra em função da guerra -, o Brasil está conseguindo surpreender o mundo com os números da balança comercial com superávit, o que não tem acontecido em muitas partes em função dos dois fatos que já citei.

Dentro dessa visão, por mais que seja criticado, por mais que não seja reconhecido, é preciso deixar registrado na tribuna deste Parlamento que o Presidente Bolsonaro tem feito, sim, o dever de casa, muitas estatais têm dado lucro, e isso não acontecia.

Entendo que este Presidente, se não fosse a questão da COVID, se não fosse a questão da guerra, que aconteceu durante o seu período de governo, estaria ainda melhor do que já está. Também os números da segurança melhoraram parcialmente no nosso Brasil, mas melhoraram.

Portanto, quero parabenizar o Presidente da República.

Mando aqui um abraço para o meu Tocantins, para o meu grupo abençoado ali da Colmeia, que me disse que está participando, ouvindo este momento, o meu querido Luizão, grande líder que há ali na Colmeia.

Peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do*

84.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/06/2022- CD	19:24
Publ.: DCD - 14/06/2022 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Apelo ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, de manutenção de sessão destinada à apreciação dos vetos presidenciais ao projeto de lei sobre a criação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (projeto de Lei Aldir Blanc 2) e ao projeto de lei complementar sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais voltadas ao setor cultural (projeto de Lei Paulo Gustavo). Agravamento, no Governo Jair Bolsonaro, da miséria, da fome, do desemprego, da recessão e das manifestações de ódio e preconceito. Expectativa de vitória do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero fazer aqui um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco: é fundamental que se mantenha a sessão do Congresso para apreciação de vetos, especialmente dos vetos sobre a cultura, a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo.

Particpei, há pouco, de uma audiência pública na Comissão de Cultura, em que discutimos sobre a necessidade de apreciarmos já esses vetos. É fundamental para a cultura brasileira que nós tenhamos a derrubada desses dois vetos absurdos do Presidente da República.

É incompreensível que, num momento de tanto sofrimento para o povo brasileiro e de tantas restrições para a cultura brasileira, o Presidente da República vete dois projetos importantes, que favorecem a cultura em todo o País. É inadmissível! Nós sabemos a importância da cultura para um país, para uma nação, e não é possível entender como o Governo vetou a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo.

Portanto, faço aqui esse apelo, até porque os dois projetos foram aprovados por ampla maioria na Câmara e no Senado. Então, não se justificam os vetos. É preciso que nós cobremos do Presidente do Congresso Nacional que mantenha a sessão no dia de amanhã e, assim, possamos apreciar esses dois vetos fundamentais, que

precisam ser derrubados, em defesa da cultura brasileira.

Também quero, antes de encerrar, dizer que o Brasil vive fome, desemprego, miséria, crise, recessão, ódio, preconceito, corrupção e desemprego.

Deputado Henrique Fontana, o Presidente Bolsonaro faz mal ao Brasil e aos brasileiros. Há um descaso, há um desmonte do Estado Democrático de Direito e das políticas públicas.

Vamos dar um basta a este Governo, porque ele faz mal ao Brasil, Deputada Joenia Wapichana!

Por isso, é Lula Presidente em outubro, para nós trazermos de volta a alegria do povo brasileiro!

---

Documento 28/59

---

86.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/06/2022-16:40
Publ.: DCD 15/06/2022 -	DR. AGRIPINO MAGALHÃES-UNIÃO -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reassunção do mandato parlamentar pelo orador. Abuso do poder econômico e político nas eleições de 2020 para Prefeito Municipal de Fortaleza, Estado do Ceará. Crítica aos trabalhos e às conclusões da CPI do Senado Federal destinada à investigação das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus (CPI da Covid). Preocupação com a admissão pela Casa de prisão de Deputado por decisão do Supremo Tribunal Federal.

---

**O SR. DR. AGRIPINO MAGALHÃES (UNIÃO - CE.** Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Retorno a esta Casa após 2 anos. Estive aqui por 4 meses durante a pandemia de 2020, e neste período aconteceram fatos importantes. Por isso, eu gostaria de fazer uma breve retrospectiva.

Não quero requentar a história, mas é interessante abordá-la. Em primeiro lugar, vou explanar sobre as eleições para a Prefeitura de Fortaleza, em 2020, da qual participamos ao lado do Deputado Capitão

Wagner. Vimos ali fatores que determinaram a vitória do nosso adversário. Entre eles, o abuso do poder econômico, o abuso do poder político e o conluio das autoridades constituídas com o crime organizado e com facções, principalmente, na véspera da eleição, a divulgação de pesquisas inverídicas, que contemplavam o nosso adversário com uma margem de 22% dos votos. Eu acho que deve haver mecanismos para controlar, no futuro, essas pesquisas.

Em segundo lugar, observamos durante esse período a criação da CPI da COVID, aqui ao lado, uma CPI que foi criada com o objetivo único de inocentar aqueles que roubaram, literalmente, o Erário público, através de acordo com parte dos componentes daquela Comissão. Naquela Comissão, nós vimos a criminalização do exercício da medicina, em que o médico ficaria proibido de prescrever determinadas substâncias. Vimos também a ausência de respeito para com as mulheres, principalmente para com aquelas que foram depor na CPI, e aqui eu abro parênteses para homenagear a Dra. Mayra Pinheiro, que, com sua coragem, inteligência e sabedoria, soube se impor frente aos seus opositores.

Por último, lamento, com tristeza, a submissão desta Casa frente ao Judiciário, quando permitiu que um de seus componentes fosse preso. Sr. Presidente, fico preocupado quando vejo alguns *slogans* como "*Em nome do Estado de Direito e da democracia*", já boto as minhas barbas de molho, porque vem alguma aberração por aí.

Solicito a inclusão de meu nome no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 29/59

---

86.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/06/2022- CD	17:48
Publ.: DCD - 15/06/2022 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo aos Deputados de rejeição do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.561-B, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificado. Defesa de aprovação do texto apresentado pela Casa à matéria.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Por que se quer votar este texto do Senado? Que interesses estão movimentando a fala e a ação de Parlamentares desta Casa? Por que nós vamos aprovar um texto do Senado que só destina 3,37% de recursos para a saúde e para o turismo, e 1,63% para a política de desposto? Por que nós vamos votar um texto que permita ao Governo contratar quem ele quiser, sem qualquer transparência, para fazer a operacionalização de duas loterias que vão, em verdade, disputar com as loterias hoje existentes no País, que levam dinheiro para as políticas públicas e que são operacionalizadas pela Caixa, a maior articuladora de políticas públicas que nós temos, uma empresa fundamental para o Brasil.

Por isso, faço um apelo para que nós derrotemos o texto do Senado e possamos fazer valer o texto da Câmara, que é o nosso texto.

---

Documento 30/59

---

86.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/06/2022- CD 17:52
Publ.: DCD - 15/06/2022 - OTONI DE PAULA-MDB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimento sobre o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.561-B, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificado. Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da votação do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.561-B, de 2020.

---

**O SR. OTONI DE PAULA** (MDB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é importante que todos entendamos o que estamos votando nesta tarde, independentemente de quem é do Governo e quem é da Oposição - até porque já estou sabendo que o Governo não tem interesse de que esta matéria seja votada dessa forma. Não há força do Governo nisto aqui.

Agora não ocupo a minha posição de Vice-Líder; eu ocupo a de membro do MDB.

Nós precisamos rejeitar o texto do Senado. E por quê? Porque o texto do Senado praticamente cria uma loteria privada com dinheiro público.

O texto do Senado dispõe, no art. 3º:

*Art. 3º O Ministério da Economia disciplinará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, as regras para a concessão da exploração da "Loteria da Saúde", pelo Ministério da Saúde, e da "Loteria do Turismo", pelo Ministério do Turismo.*

Ora, o que vamos fazer agora, aprovando o texto do Senado, é dar um cheque em branco para quem quer que seja, é entregar recursos públicos para serem administrados por quem quer que seja, desde que não seja a Caixa Econômica Federal.

Srs. Deputados, isso é perigoso demais.

Outra coisa, eu estou aqui corajosamente nesta tribuna por quê? Porque eu não quero que Governo Bolsonaro amanhã seja acusado de corrupção. Eu tenho certeza que o Presidente da República não concordaria com isso. E digo mais: isso aqui é jabuti na árvore! Todos sabem, quando se vê jabuti na árvore, o que é: ou é enchente ou é mão de gente.

Minha gente, na Caixa há controle. Não podemos confiar o dinheiro público da saúde, do turismo, do desporto na mão de instituições privadas. Nós temos que respeitar a *expertise* que a Caixa tem de controlar os recursos públicos. Aliás, o que ela faz com recursos públicos volta para as políticas públicas.

O texto do Senado precisa ser rejeitado porque nós não podemos admitir tirar 1 centavo da saúde - 1 centavo! Se nós aprovarmos o texto do Senado, nós estaremos aprovando o saque do dinheiro que iria para a saúde. Ora, nós precisamos votar pela manutenção do texto da Câmara.

Atenção, Srs. Deputados que estão votando remotamente e não sabem o que nós estamos votando aqui. O que nós estamos dando é um cheque em branco para alguém usar o dinheiro público em interesses privados e particulares. Isso aqui amanhã vai virar uma bomba, vai virar um prato cheio para a Oposição acusar o Governo de corrupção. Ou alguém aqui é tão infantil em não acreditar que uma operação dessa se trata de uma aposentadoria de quem quer que seja? Alguém é tão inocente assim? Vamos tirar da Caixa e vamos dar para quem nós quisermos dar. É isto que o texto está dizendo: "*O Ministério da Economia disciplinará, no prazo máximo de 30 dias após a publicação desta Lei, as regras para a concessão (...)*".

O texto nem diz, Deputada Soraya, como serão essas regras. O Ministério vai dar para quem ele quiser. É isso, Deputado Osmar Terra, que nós queremos? Será que não temos que exigir uma transparência

maior? Mas não dá tempo de exigir transparência. Então a transparência é o seguinte: o dinheiro continua com a administração da Caixa, que é o texto da Casa, da Câmara; continua a administração da Caixa Econômica; continua 100% do dinheiro para a saúde.

Não vamos tirar nada da saúde!

Então, atenção, Srs. Deputados e Sras. Deputadas que concordam em não tirar dinheiro da saúde e que concordam que quem tem de administrar o dinheiro da Loteria da Saúde é a Caixa Econômica Federal, e não instituições privadas: é preciso votar pela manutenção do texto da Câmara e não o texto do Senado.

Por isso, de acordo com a orientação do nosso Líder, o Deputado Hildo Rocha, o MDB entra em obstrução.

---

Documento 31/59

86.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/06/2022- CD	18:04
Publ.: DCD - 15/06/2022 - BIA KICIS-PL -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Esclarecimento sobre o texto da Casa apresentado ao Projeto de Lei nº 1.561-B, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificado.

---

**A SRA. BIA KICIS** (PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Embora nós possamos até achar que o texto da Câmara seja melhor, não é verdade que 100% do valor iria para a saúde ou turismo, porque estão esquecendo que existe o prêmio. Isso é uma loteria.

A diferença é que, no texto aprovado pela Câmara, somente a Caixa poderia operar e não havia esse percentual estipulado. Mas, evidentemente, a Caixa também não poderia ficar com 100% e muito menos o fundo, porque existe o prêmio para aquelas pessoas que vão exatamente fazer o seu jogo, a sua fezinha.

Então, era isso que eu queria esclarecer.

---

Documento 32/59

---

86.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/06/2022-  
CD 18:04  
Publ.: DCD - 15/06/2022 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC  
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Necessidade de discussão e votação do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.561-B, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificado. Solicitação ao Relator de comparecimento ao plenário para participação no debate sobre a matéria.

---

**A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, nós precisamos construir um caminho para este projeto. É fundamental que nós tenhamos mais recursos para a saúde.

Quanto tentamos discutir uma alteração neste projeto, ele estava no Senado e já havia sido votado. Então, nós não conseguimos fazer essa discussão e inclusive o enfrentamento sobre o piso da enfermagem. Não cabe mais nenhum tipo de alteração: ou ficamos com o texto da Câmara ou ficamos com o texto do Senado.

Quando se fala em 95% para quem vai operar, é depois de ser retirado o prêmio e a carga tributária. Dos 100% restantes, 95% vão para a operadora e 5% para a saúde e o turismo.

No mínimo, nós precisamos discutir este projeto. No meu entendimento, precisamos fazer uma rápida discussão aqui no plenário e votar este projeto, mas ficar com o texto da Câmara.

Nós precisamos de um pouco mais de tempo, para tentarmos construir um consenso, porque ninguém quer que a sessão caia, muito pelo contrário. Daqui a pouco, nós temos matérias relevantes, como a questão do ICMS, que nós já votamos, que foi para o Senado e que precisamos aqui deliberar.

Então, eu queria pedir ao Relator, se estiver presente, que venha por favor ao plenário. Se ele não estiver presente, eu queria saber se há quem possa nos ajudar a construir caminhos, para votarmos esta matéria com segurança e não permitirmos que a sessão caia por falta de construção de caminhos. Esta Casa é uma casa de construção de caminhos. E eu acredito que é possível sim construirmos um caminho,

porque a saúde precisa, os hospitais filantrópicos precisam.

Nós estamos correndo atrás de várias iniciativas que possam fazer frente a mais recursos para a área da saúde. É claro que esse recurso não está carimbado para o piso salarial da enfermagem, mas serão mais recursos para a saúde, com certeza absoluta, a partir da aprovação deste texto, desde que se construa o acordo para votarmos o texto da Câmara.

---

Documento 33/59

---

86.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/06/2022- CD	18:48
Publ.: DCD - 15/06/2022 - FAUSTO PINATO-PP -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Congratulações ao Presidente Arthur Lira e ao Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, pelo compromisso com a apresentação de soluções legislativas para os problemas do Brasil. Fracasso da gestão do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Importância do denominado grupo político Centrão para a democracia brasileira. Posicionamento sobre a implantação do semipresidencialismo ou do parlamentarismo no País.

---

**O SR. FAUSTO PINATO** (PP - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna mais uma vez em defesa do Parlamento brasileiro. Nós sabemos que estamos vivendo um momento ímpar na história deste País: momento pós-COVID, momento de crise mundial, de guerras, mas, acima de tudo, de desespero daqueles menos abastados, que tanto clamam por soluções ora debatidas neste Parlamento.

Aqui eu quero fazer uma ressalva para parabenizar os Presidentes de ambas as Casas, os anteriores e os atuais. O Senador Rodrigo Pacheco e o Presidente Arthur Lira nunca se furtaram a tentar achar soluções, a achar saídas contra ideologias que de certa forma levam a uma discussão, a uma rivalidade, e não a soluções.

É um momento de desânimo, Sr. Presidente, confesso. Vejo o esforço de V.Exa. em buscar saídas - saídas que, muitas vezes, deveriam vir do Ministro da Economia, do próprio Governo - para que possamos minorar a inflação que atinge o povo brasileiro.

Hoje eu venho aqui, Sr. Presidente, para parabenizar V.Exa., a Casa, o Presidente do Senado, os Senadores, mas também para lembrar que,

quando subi a esta tribuna há 2 anos, disse que o maior inimigo e cabo eleitoral contra o Presidente Bolsonaro era o Paulo Guedes; hoje, eu digo que ele é o maior inimigo do País, é o maior inimigo do povo brasileiro, é o maior inimigo da esperança do povo brasileiro, é um homem que vive de gerúndio, vive jogando a responsabilidade para esta Casa.

Vejo V.Exa., às vezes, até afobado, desesperado. Agora, V.Exa. está tentando construir um texto para que esta Casa possa dar sua contribuição para a redução do preço do combustível, conseqüentemente tentando baixar o preço da comida, do botijão de gás. E nós não vemos nenhum técnico do Ministro da Economia dando sugestões. Realmente, nós estamos entregues, à deriva, em questão de criatividade e responsabilidade desse Ministro, que, na minha opinião, é o pior Ministro da história deste País.

Sr. Presidente, a história já provou que qualquer ideologia, seja de extrema-esquerda, seja de extrema-direita, leva um país à fome, à miséria, ao caos. Há vários exemplos para citar: Venezuela, Cuba, África, Coreia do Norte. Vários outros países agem desse jeito, tentam desqualificar, criar polêmicas, achar culpados em vez de soluções.

Esta Casa - eu gostaria que o povo brasileiro ouvisse isto - foi vítima, sim, de ataques, de *fake news*, mas nunca se furtou a buscar a vacina. Aliás, só foi aprovado o auxílio emergencial nesta Casa graças à atuação de dois de seus Presidentes: o Presidente Rodrigo Maia e o Presidente Arthur Lira.

Se nós fôssemos depender do "Ministro posto Ipiranga sem combustível Paulo Guedes", o País estaria em situação de caos, de miséria e meia.

Este é um momento de muita reflexão. Principalmente as alas mais moderadas não agem com impulso ideológico ou irresponsável, nem no ímpeto do "nós contra eles". Na minha opinião, está bem clara a situação, Presidente. Eu também sou uma pessoa mais liberal, de centro-direita, não acompanho os terraplanistas. Acho importante, sim, um homem de bem poder ter uma arma, mas hoje, entre a arma e a carteira de trabalho, Sr. Presidente, o povo escolhe a carteira de trabalho; entre a mão no coração e o prato na mão, o povo escolhe o prato na mão.

E, mais uma vez, o Governo Federal, no momento em que a fome afeta a Esquerda, o Centro e a Direita, se acovarda e aproveita o momento de rivalidade simplesmente para fazer retórica, para achar culpado. Não tem a capacidade de discutir e achar soluções, não tem a capacidade de mandar um plano estratégico, não tem a capacidade de liderar, como não liderou na questão da vacina, como não lidera no

pós-pandemia. É uma vergonha, Sr. Presidente!

Digo a V.Exa. que muitas vezes eu vim para esta Casa animado, cheio de esperança. Hoje, quando eu tenho que pegar um avião para Brasília, eu fico desanimado - desanimado por ver um Parlamento que é tão criticado, criticado inclusive por nós que damos sustentação ao Governo. Eu vejo muito o pessoal falar da Esquerda e da Direita. E o Centrão? O que seria da democracia se não fosse o Centrão, se não fosse o Centro, se não fossem aqueles que respeitam o resultado das urnas, seja o eleito de esquerda ou de direita, e dão-lhe sustentação, não fazendo política de ódio nem de revanchismo?

Mas o medo não pode ser maior que a esperança, Sr. Presidente. V.Exa. não pode ter medo de colocar o dedo na ferida, como muitas vezes já fez, de fazer crítica pontual, porque a lealdade nossa, desta Casa, é para com o povo brasileiro. Nosso compromisso não é com o "nós contra eles", não é com a disputa entre o vermelho e o verde-amarelo, mas, sim, com o que está escrito na Bandeira Nacional: "Ordem e Progresso". Muda-se a configuração dos Estados, alguns deles são divididos, mas não há divisão dos brasileiros.

Nós precisamos de um pacificador, Sr. Presidente, e o pacificador, infelizmente, será o Congresso Nacional, serão aqueles Deputados e Senadores que, eleitos democraticamente, respeitarão o resultado das urnas, respeitarão as instituições que aí estão, que foram colocadas em xeque, como foi o caso da urna eletrônica, em que se usou uma estratégia do pé de chinelo do Trump, colocando o eleitor mais simples em risco.

Eu venho aqui porque sei que a maioria da população brasileira critica os Ministros do Supremo. Discordo de muitas decisões deles e acho que eles até extrapolam às vezes, mas a culpada é a Casa Legislativa, que não legisla nem coloca freios e contrapesos. Por outro lado, se não fosse a atuação de alguns Ministros do Supremo no combate à pandemia, quantos mortos nós teríamos, pela questão da vacina?

Infelizmente, chegou o momento de nós fazermos uma reflexão. Como disse o Presidente Michel Temer, talvez devêssemos votar o semipresidencialismo ou o parlamentarismo, porque, para ser Presidente neste País, é preciso entender de gente, mas é preciso também ter um mínimo de QI para entender de economia e respeitar a democracia.

Que Deus abençoe a todos e que possamos fazer nossa parte!

Muito obrigado.

86.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/06/2022-  
CD 19:16

Publ.: DCD - 15/06/2022 - REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO  
DISCURSO

### *Sumário*

Discussão das Emendas do Senado Federal apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 18-A, de 2022, sobre alteração da Lei nº 5.172, de 1966, e da Lei Complementar nº 87, de 1996, para reconhecimento como bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

**O SR. REGINALDO LOPES** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, sobre a minha posição entre o projeto da Câmara e o projeto do Senado...

É evidente, Deputado Danilo Forte, que o projeto do Senado corrigiu rumos, e V.Exa. sabe disso, porque está negociando acatar várias emendas do Senado, inclusive a reposição do dinheiro da educação - há 2 anos estamos vivendo uma pandemia, então, precisamos colocar mais recursos na área da educação. Então, o Senado acertou.

Naquela Casa, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou um destaque, que o Relator, o Deputado Elmar Nascimento, vai acolher, repondo os recursos da área da educação e também da área da saúde. Isso é muito importante. Nós temos que compensar as perdas, sim. Nós temos uma política e um déficit educacional. Só temos um caminho para transformar o Brasil em uma nação: a educação.

Nós temos uma dívida, porque este País é muito desigual. Além disso, na pandemia, o Governo Bolsonaro, sem empatia, não construiu nenhuma política pública; ao contrário, vetou o programa de atendimento às crianças que mais necessitam de acesso à Internet, seja por falta de conectividade, seja por falta dos próprios equipamentos.

Seria uma extrema irresponsabilidade não fazer essa compensação para as perdas do nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do nosso FUNDEB, tendo em vista que os Municípios e a maioria dos Estados hoje não têm recursos no fundo para garantir a política de valorização do salário dos educadores. Nós temos uma lei nacional de 2008, do Presidente Lula, que propõe uma valorização anual do educador. Nós temos que valorizar a profissão.

A pandemia resgatou o respeito social da profissão de educador. Aqueles que defendiam a educação domiciliar quebraram a cara. As famílias entenderam que é fundamental a criança ter o direito de ir à escola, que o convívio, a integração e a socialização com as demais crianças fazem parte do aprendizado.

Por isso, seria de extrema irresponsabilidade se a nossa bancada não apresentasse destaque, não priorizasse a educação e a reposição dos recursos da saúde neste debate, que é uma demagogia, porque não resolverá o preço do botijão de gás, não resolverá o preço do óleo *diesel*, não resolverá o preço da gasolina. O Estado brasileiro, a União vai tomar dos pobres que pagam imposto para dar 100 bilhões de reais de compensação para permanecer o lucro do super-ricos acionistas da PETROBRAS, que é de 106 bilhões de reais, sem pagamento de imposto.

---

Documento 35/59

---

86.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 14/06/2022-21:08
Publ.: DCD 15/06/2022 -	- ACÁCIO FAVACHO-MDB -AP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Análise dos resultados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede PENSSAN. Necessidade de implantação de programas de geração de emprego e renda e de estímulo à agricultura familiar, da retomada de programas de estoques de alimentos e da garantia de recursos para a assistência social.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ACÁCIO FAVACHO.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e caros telespectadores do Sistema Câmara de Comunicações, queria poder desejar aqui, agora, uma boa noite a todos, mas, tendo em vista o assunto de que venho tratar, isso se torna improvável.

É com imensa consternação que ocupo esta tribuna hoje para falar sobre um assunto que vem sendo veiculado nos meios de comunicação em todo o País nos últimos dias. Falo, nobres colegas, do Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19.

O estudo mostra que somente 4 entre 10 famílias brasileiras conseguiram pleno acesso à alimentação durante a pandemia. Os dados divulgados no último dia 8 de junho são extremamente aterrorizantes. Hoje, em nosso País, 33,1 milhões de pessoas estão passando fome. Pasmem, Sr. Presidente e nobres colegas, isso representa o mesmo patamar vivido há 30 anos.

Outro dado alarmante que o levantamento nos mostra é o de que em menos de 1 ano mais 14 milhões de pessoas entraram em situação de vulnerabilidade alimentar, o que faz com que os números atinjam esse índice tão dramático.

Podemos afirmar que o desmonte de políticas públicas, a piora no cenário econômico, a exasperação das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da COVID-19 fizeram com que o quadro ficasse ainda mais cruel. A pandemia surgiu neste contexto, trazendo consigo aumento nos índices de pobreza e miséria.

Aqui no Congresso Nacional buscamos incansavelmente caminhos, dentro da política econômica, na tentativa de frear esses efeitos. Podemos citar como exemplo o auxílio emergencial, que aprovamos no valor de 600 reais.

Naquele momento crucial, conseguiu-se dar um alento à população mais atingida diretamente por esses efeitos, mas, infelizmente, com o fim do auxílio, tornou-se inevitável um aumento ainda mais escandaloso das desigualdades e da fome em nosso País, tendo em vista que os efeitos econômicos da pandemia ainda perduram e devem perdurar por mais tempo.

As Regiões Norte e Nordeste, por exemplo, são as mais afetadas por esses efeitos. Os índices ali são assustadores e expressivamente maiores que a média nacional, atingindo respectivamente 71,6% e 68%. Isso nos mostra que 1 de cada 4 famílias de irmãos brasileiros nessas regiões convive com a fome em seu dia a dia.

Esse triste cenário que a pesquisa nos mostra está diretamente relacionado com os altos índices de desemprego e com o processo estruturado de precarização do trabalho e a informalidade.

Soma-se ainda a esta realidade a corrosão do poder aquisitivo dos brasileiros, causada por uma inflação que vem atingindo hoje,

sobremaneira, principalmente os alimentos. Podemos também dizer que o desmonte de órgãos como a CONAB, que vem reduzindo drasticamente os seus estoques de alimentos, torna ainda mais difícil e insuficiente a aplicação de políticas públicas que visam garantir a comida no prato do brasileiro.

Portanto, podemos também afirmar que o problema não está diretamente associado à falta de alimentos, já que o agronegócio e a agricultura familiar no País continuam produzindo de forma satisfatória, mas, sim, ao contexto social atual, de queda no emprego e na renda, e ao descontrole da inflação, que atinge principalmente os alimentos, o gás de cozinha, os combustíveis e a energia elétrica.

Nós aqui na Câmara dos Deputados não sossegamos 1 minuto sequer, desde os primeiros dias de pandemia, aprovando matérias fundamentais que garantiram um combate imediato a esses efeitos.

Com o fim do auxílio emergencial, que manteve um equilíbrio durante um período crucial da pandemia, já aprovamos aqui, capitaneados pelo nosso Presidente, o Deputado Arthur Lira, o Programa Auxílio Brasil no valor de 400 reais, infelizmente limitado a esse valor pela responsabilidade fiscal. Aprovamos também o Programa Auxílio Gás Social, para atender às famílias de baixa renda. No meu Estado, o Amapá, após um apagão no sistema de distribuição de energia elétrica em plena pandemia, também aprovamos, sob minha relatoria, a Medida Provisória nº 1.010, de 2020, que garantiu a isenção do pagamento da conta de energia aos consumidores de baixa renda durante 3 meses. Através da indicação de emendas ao Orçamento da União, destinei o valor de 10,6 milhões de reais, que foram aplicados diretamente no combate à fome, com a distribuição de cestas básicas e de cartões-alimentação a várias categorias atingidas diretamente pela pandemia. Esses são alguns exemplos de que buscamos, incansavelmente, meios para amenizar os efeitos danosos e cruéis que atingem os mais necessitados.

Mas, diante desses dados que o estudo nos apresenta, meus nobres colegas e Sr. Presidente, fica ainda mais claro que há muito a se fazer, e não podemos deixar que nunca adormeçam aqui as discussões e decisões que busquem, principalmente, a implantação de programas para a geração de emprego e renda, o estímulo real à agricultura familiar, a retomada de programas de estoque de alimentos e o contínuo reforço nos recursos para a assistência social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

---

Documento 36/59

---

87.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	15/06/2022-14:24
Publ.: DCD 16/06/2022 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Ocorrência do fenômeno da feminização da fome no Brasil, ou seja, da predominância da insegurança alimentar entre as mulheres a partir da pandemia de coronavírus, de acordo com levantamento do pesquisador Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Premência da implantação de políticas públicas destinadas à inclusão da mulher no mercado de trabalho. Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 1.629, de 2021, sobre alteração da Lei nº 10.735, de 2011, para instituição da prioridade de mulheres responsáveis pelo núcleo familiar na tomada de recursos destinados ao microcrédito.

---

### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alguém aqui já ouviu falar de um fenômeno chamado feminização da fome? Pois esta é mais uma daquelas jabuticabas brasileiras que, infelizmente, começam a expor uma nova desigualdade de gênero no nosso País: a desigualdade alimentar.

A partir da pandemia, 47% das mulheres brasileiras passaram a viver sem saber se poderão comprar comida no dia seguinte. Entre os homens, a proporção é bem menor: 26%!

Em 2021, quase metade das pessoas do sexo feminino não tiveram dinheiro para fazer supermercado, número seis vezes maior que a média mundial, segundo levantamento do Centro de Políticas Sociais da FGV Social, que analisou números de 160 países.

O estudo, assinado pelo pesquisador Marcelo Neri, da FGV, chama o

quadro de "feminização da fome" e sugere que o fenômeno decorre do impacto maior que a pandemia teve nas mulheres no mercado de trabalho.

Não é difícil entender o porquê de a situação de insegurança alimentar ser tão mais grave para as mulheres: quando têm emprego, elas ganham, em média, 70% do salário que os homens recebem. Além disso, ocupam mais empregos informais e foram as primeiras a sofrer com o desemprego ao longo da fase mais grave da pandemia, pois perderam a capacidade de trabalhar para ficarem em casa cuidando da família.

Nem tudo, no entanto, foi culpa da pandemia. Algumas das razões são antigas e estruturais: 47,8% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Isso significa que elas são inteiramente responsáveis por botar comida na mesa, além de pagar aluguel, comprar material de colégio para os filhos, etc.

Em muitos casos, elas são a única fonte de renda de famílias com crianças pequenas. O número é ainda maior nas periferias do País. Motivo? Um deles é que os homens vão embora, ou não pagam pensão.

Não é à toa que as mulheres estão mais doentes, tanto no aspecto físico, como no aspecto mental. Pesquisa da USP, feita nos primeiros meses da pandemia, mostrou que a ansiedade, o estresse e a depressão atingiram bem mais o público feminino. Nos quadros de ansiedade, 34,9% de mulheres, contra somente 4% dos homens; nos quadros de estresse, 37% das mulheres, contra 4,8% dos homens; nos quadros de depressão, 40% das mulheres, contra 6% dos homens.

Temos de investir, urgentemente, em políticas públicas, para inserir as mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, com políticas transversais em diversas áreas, como o Projeto de Lei nº 1.629, da Deputada Tia Eron, do Republicanos da Bahia, que tive a honra de relatar e ver aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

O texto altera a Lei nº 10.735 e prioriza as mulheres responsáveis pelo núcleo familiar na obtenção de recursos destinados ao microcrédito. A aprovação deste projeto aqui na Câmara seria um importante passo para a autonomia financeira das mulheres, que chefiam 48% dos lares no Brasil!

Uma mulher que pode trabalhar é uma mulher mais livre!

Muito obrigado.

Documento 37/59

---

88.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/06/2022-18:20
Publ.: 21/06/2022 -	DCD	- GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Transcurso do aniversário de fundação do Município de Floresta, Estado de Pernambuco. Visita do orador a Municípios do interior do Estado. Sucesso das festividades de São João realizadas no Município de Arcoverde, Estado de Pernambuco. Excelência da gestão administrativa do Governador Paulo Câmara.

---

**O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente Deputado Charles Fernandes, só o Dr. Ulysses Guimarães ganharia de V.Exa. na presidência dos trabalhos desta Casa com tanta competência.

O nosso pronunciamento, Sr. Presidente, trata do aniversário da querida cidade de Floresta. Hoje, dia 20 de junho, queremos cumprimentar todos os florestanos. Aproveito para pedir a divulgação deste pronunciamento e, ao mesmo tempo, registrar que, juntamente com o Governador Paulo Câmara, sua equipe e o futuro Governador de Pernambuco, Danilo Cabral, visitamos vários Municípios no Agreste. Depois, fomos a Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina; em seguida, passamos por Salgueiro.

E aí, já sem o Governador, fomos a Serra Talhada, Triunfo, Flores, Carnaíba, Afogados da Ingazeira, à querida Solidão, Tabira, São José do Egito, Itapetim, Brejinho, Tuparetama, minha querida Sertânia, terra onde nasci e, por fim, Arcoverde, onde há uma festa de São João maravilhosa.

Eu quero exatamente aqui fazer esse registro. Além do São João de Campina Grande e o São João de Caruaru, temos o São João de Arcoverde. O Prefeito Wellington da LW, com sua equipe, organizou um São João maravilhoso no qual o povo de toda a região do Agreste, do Sertão do Moxotó, do Sertão Central, participou e ainda continua participando dessa grande festa junina. O Governador também esteve

presente.

Além desse São João de Arcoverde, com o Governador, anunciamos muitas obras em todos os Municípios por onde passamos, obras de infraestrutura, inauguramos estradas no Estado de Pernambuco e também sistemas de abastecimento de água. Nós nos sentimos felizes em ter um Governador como Paulo Câmara, que faz um trabalho, obviamente, para cuidar da saúde do povo. Pernambuco é o último Estado no Brasil em pandemia da COVID-19 e, ao mesmo tempo, é o primeiro Estado no Brasil em educação.

Por isso queremos parabenizar o Governador Paulo Câmara e agradecer, meu querido Deputado Charles Fernandes, a V.Exa. pela oportunidade de falarmos para o Brasil, mostrando que, mesmo com pandemia, com dificuldades, Pernambuco está cuidando da sociedade.

Muito obrigado, Presidente.

Fiquem todos com Deus.

---

Documento 38/59

---

88.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/06/2022-18:32
Publ.: DCD 21/06/2022 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Gestão desastrosa do Governo Jair Bolsonaro.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabei de chegar a Brasília.

Hoje, Deputada Erika Kokay, o voo atrasou. Enquanto eu aguardava o voo, escrevi um texto, em forma de rimas, sobre a situação do Brasil. Passo à leitura desse pequeno texto que escrevi:

*Está tudo caro? A culpa é do Bolsonaro.*

*Os brasileiros estão perdendo o direito à vida? A culpa é do genocida.*

*Está sendo destruído o meio ambiente? A culpa é do Presidente*

*desumano e incompetente.*

*O mundo não acredita mais na nossa Nação? A culpa é do Bolsonaro, seu entreguismo e seu Governo de corrupção.*

*O brasileiro não é otário. O Brasil vai mal, e a culpa é do Presidente autoritário.*

*Na pandemia muita gente morreu sem vacina. A culpa é de gente de mente assassina.*

*O combustível está caro? A culpa é do Bolsonaro.*

*O alimento está caro? A culpa é do Bolsonaro.*

*O povo brasileiro tem memória. Este Presidente é o pior da história.*

*O povo não está contente e vai eleger Lula Presidente.*

Enquanto eu esperava o voo, escrevi esse pequeno texto, que demonstra o que nós estamos vivendo no Brasil. O povo não aguenta mais. É muito sofrimento, é muita dor, fome, desemprego, corrupção. O Brasil vai de mal a pior, e há inércia por parte do Governo, que não atende aos clamores do nosso povo. Ao contrário. O Governo arruma todas as desculpas para tentar esconder o seu fracasso em atender a maioria do povo.

Mas este Governo é competente, sim, para dar mais dinheiro aos ricos, para engordar os bolsos daqueles que se beneficiam com a política de preços da PETROBRAS. Este Governo é competente para aqueles que já têm muito e acumularam ainda mais agora, é competente para os grandes bancos, para os grandes investidores, para aqueles que não geram emprego, mas especulam e ganham dinheiro à custa da maioria do nosso povo.

Este Governo, Deputado Glauber Braga, é o Governo que persegue quem luta pela democracia, que persegue Parlamentares como V.Exa., que vem sendo atacado duramente neste plenário por defender suas convicções, por defender suas ideias e por defender a democracia para o nosso povo brasileiro.

Este é um governo que virou as costas para o povo, que fala mansinho para os grandes, mas engrossa a voz para falar de preconceito, racismo e todos os tipos de discriminação contra o nosso povo.

O nosso povo não aguenta mais, e é por isso que em outubro a resposta vai ser dada nas urnas eletrônicas, que são seguras, sim, nas

eleições limpas no nosso País.

---

Documento 39/59

---

88.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/06/2022- CD 19:24
Publ.: DCD - 21/06/2022 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização de mobilização nacional em defesa da prorrogação da vigência de lei sobre a proibição de despejos ou desocupação de imóveis.

---

**O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO** (PT - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da *TV Câmara*, amanhã, terça-feira, 21 de junho, é um dia de mobilização nacional pela prorrogação da lei que proíbe despejos durante a pandemia.

É bom lembrar que, se fosse por Bolsonaro, os despejos já haveriam acontecido, porque ele vetou a lei que proíbe os despejos, mas o Congresso derrubou o veto. Se a lei não for prorrogada a partir do dia 30 deste mês, 500 mil pessoas serão despejadas no campo e nas cidades do Brasil. Isso poderá acontecer num cenário em que mais de 33 milhões de pessoas passam fome e quase 78% das famílias brasileiras estão endividadas. Tudo isso é fruto do Governo desastroso de Jair Bolsonaro.

O Congresso Nacional e o Poder Judiciário precisam agir para impedir essa tragédia. Não podemos admitir que mais de 500 mil pessoas sejam jogadas na rua num dos momentos mais difíceis da história do Brasil.

Sr. Presidente, solicito que esta minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 40/59

---

88.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/06/2022-21:24
Publ.: DCD - 21/06/2022 -	GIOVANI CHERINI-PL -RS	

---

### *Sumário*

Defesa da aprovação do Projeto de Lei nº 1.561-B, de 2020, sobre autorização ao Poder Executivo para instituição da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação especificado.

---

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, eu gostaria muito de encaminhar hoje aqui, embora ache que a apreciação vai ser amanhã, a favor do projeto que nós já aprovamos no plenário que cria a Loteria da Saúde e a Loteria do Turismo.

O projeto recebeu emendas do Senado Federal que o melhoraram sensivelmente. Ele abre para o setor privado a possibilidade de também explorar os jogos, especialmente nessa área. Nós precisamos encontrar fontes de financiamento para as Santas Casas, os hospitais e até mesmo a área do turismo. São tão poucos os recursos para desenvolver o turismo neste País!

Então, nós queremos amanhã aprovar esse projeto, do qual eu sou o Relator. Certamente, o que o Senado fez o melhorou sensivelmente. Vamos votar "sim" ao projeto da Loteria da Saúde e da Loteria do Turismo.

---

Documento 41/59

---

88.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	20/06/2022-22:32
Publ.: DCD 21/06/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### *Sumário*

Aumento do número de pacientes adultos e crianças à espera de transplantes no País desde o início da pandemia de coronavírus. Apelo aos Parlamentares de prioridade na análise de projetos de estímulo à doação de órgãos.

---

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje gostaria de fazer um alerta relacionado, ainda, aos reflexos da pandemia na saúde pública do Brasil.

O número de pacientes adultos e de crianças à espera de transplantes no País chegou a 50,6 mil pessoas no primeiro trimestre de 2022, mostrando um aumento de 30% desde o início da pandemia.

De fato, a pandemia desestruturou o programa de transplantes no Brasil ao provocar impacto negativo no número de procedimentos e de doações, que vinham em alta.

Entre os motivos apontados para isso estão a insegurança de movimentar um paciente debilitado e expô-lo ao vírus e a pressão no sistema de saúde, que paralisou alguns centros de transplante e reduziu a ação de outros.

A falta de informação e de autorização familiar também continua sendo empecilhos para a doação.

A mortalidade na fila de transplantes progrediu. Em 2019, foram 2,5 mil mortes. No ano passado, esse número chegou a 4,2 mil óbitos.

Por isso tudo, clamo aos meus pares na Câmara dos Deputados que tenham foco na análise de todos os projetos que estimulem e facilitem a doação de órgãos.

São vidas que podem ser salvas. E não há dor maior do que você ver um ente querido definhando à espera de um doador.

Um forte abraço a todos!

---

Documento 42/59

---

90.2022

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 21/06/2022-14:28

Publ.: DCD  
22/06/2022 -

LINCOLN PORTELA-PL -MG

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

### *Sumário*

Denúncias de pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino de Contagem, Estado de Minas Gerais, de constrangimento ilegal aos filhos não vacinados contra a Covid-19 e de ameaça de adoção de medidas arbitrárias de acesso à escola e de imposição de censura via Conselho Tutelar e Ministério Público. Esclarecimento sobre o fim do Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em face da pandemia de coronavírus e sobre a perda de eficácia de todos os atos relativos ao período. Ajuizamento de ação popular contra as arbitrariedades praticadas na rede municipal de ensino de Contagem e pela garantia dos direitos dos estudantes e das suas respectivas famílias.

---

**O SR. LINCOLN PORTELA (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço.**

Tenho recebido denúncias de pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino da cidade de Contagem, Minas Gerais, que relatam que estão sendo coagidos a vacinar seus filhos contra a COVID-19. Noticiam que a Prefeitura ameaça restringir o acesso das crianças à escola e impor censura via conselho tutelar e Ministério Público. Relatam ainda a existência de uma portaria da Secretaria Municipal de Educação que se funda em uma interpretação equivocada do art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, consubstanciado em uma arbitrariedade inaceitável e em um constrangimento chamado ilegal.

Se quisesse o legislador impor obrigação legal aos pais ou responsáveis para vacinarem as crianças e adolescentes, o teria feito expressamente na letra do *caput* do art. 14 e ainda fixaria sanção para o caso de conduta diversa. Se não o fez, é inequívoco que qualquer interpretação que conduza a outro entendimento exorbita a hermenêutica adequada, que deve reger a correta análise jurídica.

Não bastasse isso, os reclamantes denunciam que as escolas da rede municipal de ensino estariam distribuindo bilhetes intimidadores fixando o prazo de 5 dias para que os pais procedam à vacinação dos filhos, e caso não o façam suportariam sanções. O art. 232 do ECA define que é crime submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento. Há relatos estarrecedores que apontam violações graves que consistem na humilhação das próprias crianças dentro dos estabelecimentos de ensino no Município da referida cidade.

O STJ já decidiu quanto à perda superveniente do objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.134, que reconheceu a validade da Portaria nº 913, de 22 de abril de 2022, do Ministério da Saúde, que

declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus e revoga também a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, com produção de efeitos a partir de 21 de maio de 2022.

Concluindo, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus está encerrado no País. Portanto, todos os atos decorrentes disso perdem a eficácia.

Completando, auxiliadas pela advogada Alê Portela, minha filha, e pela pedagoga Tia Keyla, as famílias ajuizaram uma ação popular que tem o objetivo de afastar essas arbitrariedades e estabelecer o direito dos menores e das respectivas famílias, além de preservar a ordem jurídica e a liberdade de ímpetos autoritários.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 43/59

90.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	21/06/2022-17:08
Publ.: DCD 22/06/2022 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Natureza falaciosa das justificativas do Presidente Jair Bolsonaro para a criação da CPI da PETROBRAS. Atribuição à política de dolarização de preços adotada pela PETROBRAS como principal causa do valor exorbitante do preço dos combustíveis vigente no País. Aumento da inflação, do desemprego e da fome. Desmonte de políticas culturais e educacionais pelo Governo Jair Bolsonaro. Elevado número de mortes por COVID no País como consequência do negacionismo do Presidente da República no enfrentamento da epidemia de coronavírus.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.)** - Todas as vezes em que o Presidente é contraditado, ele não entra no mérito, elege um inimigo imaginário, vocifera e açula suas hostes. Todas as vezes em que o Presidente da República é contraditado, ele não assume a sua condição de governante. Agora quer criar uma CPI. E por que quer criar essa CPI? Porque ele sabe, todos nós sabemos, que o preço do combustível está nas alturas, em função do preço de

paridade internacional, em função da sua equiparação com o dólar.

Tanto é que o Presidente disse que o problema era o ICMS e que se haveria de retirar o ICMS, congelá-lo ou estabelecer um teto para ele. Em verdade, o preço continuou aumentando. Nós sabemos qual é a origem do preço do combustível neste País, e o Presidente da República busca criar mais cortinas de fumaça, busca criar mais factoides, busca criar as condições para que ele não responda exatamente o que a Nação quer.

Nós estamos vivenciando um Governo de profunda dor para o povo brasileiro. Temos inflação de dois dígitos, taxa de juros de dois dígitos, nós temos desemprego de dois dígitos. O povo brasileiro sofre. Temos 33 milhões e 100 mil brasileiros e brasileiras em situação de fome. Fome. E o ser humano não tem fome só de pão. O ser humano tem fome de justiça, de beleza, tem tantas fomes que são aprofundadas neste Governo que açoita a cultura, que se sente ameaçado pela educação, porque sabe que o povo educado, com consciência crítica, é um povo que não será dominado, e diz: "*Tem que armar o povo*". É o que ele diz! "*Povo armado não é escravizado*". O povo educado não será escravizado, povo livre para poder fazer as suas construções a partir da própria cultura e da sua condição de sujeito.

Por isso, nós estamos vivenciando uma farsa que dói, uma farsa cruel, que faz com que o povo brasileiro tenha tanta dor neste momento, que chore tantas mortes pela COVID, mortes que recrudesçam em função da política exercida pelo Presidente em um Governo clandestino.

Bolsonaro tem ftofobia. Ele tem uma verdadeira fobia de tudo que é iluminado e transparente.

Por isso, chega! Fora, Bolsonaro!

---

Documento 44/59

---

90.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/06/2022- CD	19:52
Publ.: DCD - 22/06/2022 - AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de adoção de medidas preventivas contra a Covid-19 nas festas juninas na Região Nordeste, especialmente no Estado da Bahia. Congratulações ao Prefeito Auzenildo Souza Costa, o Nenenzão, pela adoção dos cuidados contra o contágio da doença no Município de Serra Dourada,

Estado da Bahia.

---

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta. E solicito a V.Exa. a divulgação deste meu pronunciamento nos Anais da Casa.

Eu me dirijo a todo o povo brasileiro, em particular, ao povo nordestino, ao povo do meu Estado da Bahia. Nesta semana serão realizados os festejos juninos. Será uma semana, portanto, de celebração religiosa, de fé, de culinária nordestina, de muito forró no pé e de precaução contra a COVID. Há um número muito expressivo de contaminação. Alguns Municípios baianos tomaram a iniciativa de reinstaurar o uso da máscara e suspender os festejos.

Nesse sentido, eu quero mandar um abraço para o Prefeito Nenezão, do Município de Serra Dourada, e parabenizá-lo pela iniciativa e esforço, assim como fizeram os demais Prefeitos e Prefeitas do Estado da Bahia, pela prevenção à saúde.

Obrigado, Presidenta.

---

Documento 45/59

---

91.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/06/2022- CD 10:56	
Publ.: DCD - 23/06/2022 - CÉLIO MOURA-PT -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização de operação pela Polícia Federal destinada à investigação de desvio de recursos da área da saúde para o enfrentamento da Covid-19 no Estado de Tocantins. Má gestão da saúde pelo Governo tocantinense. Expectativa de vitória nas eleições de 2022 do pré-candidato do PT a Governador do Tocantins, Paulo Mourão, e do pré-candidato da agremiação partidária a Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

---

**O SR. CÉLIO MOURA** (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há mais um escândalo na saúde. Agora mesmo, no Estado do Tocantins, há uma operação da Polícia Federal para investigar o desvio de 90 milhões de reais da saúde do Tocantins, dinheiro enviado para combater a COVID-19.

O ex-Governador do Estado contratou uma empresa, um empresário, que meteu a mão no dinheiro da saúde do Estado do Tocantins.

Lamentavelmente, meu Deputado João Daniel, o Tocantins, mais uma vez, é notícia nacional pelo dinheiro que poderia resolver o problema da saúde no Estado. Nós temos o pior índice de vacinação de todos os Estados, e todas as UTIs instaladas foram retiradas. Infelizmente, agora, há uma operação da Polícia Federal para apurar os desvios praticados pelo ex-Governador do Estado do Tocantins, o Sr. Mauro Carlesse, que foi retirado do Governo. A responsabilidade é do atual Governador, que sabia do que estava acontecendo no Estado do Tocantins, que tem a pior saúde pública do País.

No último discurso meu, pedi a intervenção do Ministério da Saúde do Brasil, porque no Tocantins está uma calamidade a situação dos atuais hospitais. Pacientes estão espalhados nos corredores, não há médicos especialistas, há filas para cirurgias eletivas, que foram retardadas. Pacientes aguardam até 2 meses, 3 meses para fazer uma cirurgia ortopédica, e não há médicos nem hospitais. Falta tudo no Estado do Tocantins!

Enquanto isso, há uma operação da Polícia Federal para apurar crimes praticados contra a saúde do Estado de Tocantins.

Chega de notícia ruim para o nosso Estado! Chega de meterem a mão no dinheiro da saúde, deixando a nossa população jogada às traças! Por isso, nós teremos Paulo Mourão como nosso próximo Governador do Estado do Tocantins, e Lula liderando todas as pesquisas.

Sr. Presidente, eu gostaria que a minha fala fosse lembrada no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 46/59

---

91.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-22/06/2022-
	CD	12:36
Publ.: DCD - 23/06/2022 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

---

### ***Sumário***

Prisão do ex-Ministro da Educação Milton Ribeiro e pastores evangélicos em face de investigação pela Polícia Federal de suposto esquema de corrupção no âmbito da pasta. Posicionamento sobre a declaração de apoio do Presidente Jair Bolsonaro à conduta do ex-Ministro Milton Ribeiro no exercício do cargo.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, surgiu um áudio comprometedor, envolvendo o Presidente da República Jair

Bolsonaro, envolvendo o seu Ministro da Educação Milton Ribeiro, e envolvendo mais dois pastores num esquema de corrupção. Tudo veio à tona hoje, com a prisão do Ministro da Educação do Presidente Bolsonaro e de pastores ligados a ele naquele momento, no Ministério da Educação. É muito grave o que está acontecendo.

Quem não lembra aqui daquele exato momento em que veio à tona o áudio comprometedor do Ministro, dizendo inclusive que tudo o que fazia naquele Ministério era sob orientação do Presidente Bolsonaro? Quem não lembra do Ministro dizendo que recebeu os pastores lá, envolvidos no esquema, também sob a orientação do Presidente Bolsonaro? Quem não lembra desses comentários? E, no dia seguinte, o Presidente Bolsonaro, na sua *live*, disse: "*Eu boto a cara inteira no fogo para defender o Ministro da Educação Milton Ribeiro*".

Imaginem, o Presidente Bolsonaro deve ter amanhecido hoje com a cara inteira, como ele mesmo diz, queimada. Se ele disse que botava a cara inteira no fogo pelo seu Ministro da Educação Milton Ribeiro, e hoje o Ministro amanhece preso, o Presidente Bolsonaro deve estar com a cara toda queimada com uma situação dessas.

Vejam, quero apenas lembrar aqui as chamadas dos jornais daquela época. O *Estadão* trouxe a seguinte chamada: *Gabinete paralelo de pastores controla a agenda da verba do MEC; Pastor pediu propina em dinheiro e ouro, diz Prefeito*. V.Exas. lembram essa história? Pediram propina de 1 quilo de ouro, porque o dinheiro era pouco. Os caras estavam roubando muito dinheiro da educação, na gestão do Milton Ribeiro, esse mesmo Ministro da Educação pelo qual o Presidente Bolsonaro dizia que botava a cara no fogo. E deve estar com a cara toda queimada. Esse é o mesmo Ministro. Havia um esquema de corrupção, com propina em ouro. Era isso o que estava acontecendo no Governo Bolsonaro.

Aqui há mais uma denúncia: *Bíblias de pastores do MEC são distribuídas com foto do Ministro Milton Ribeiro*. Olhem o que está acontecendo. Olhem essa confusão entre religião e política. Olhem o estrago que estão fazendo com a seriedade e crença de muitos evangélicos pelo Brasil, que estão vendo suas igrejas e seus nomes envolvidos nesse processo de corrupção. Isso é uma tristeza para o País.

O Presidente Bolsonaro dizia que botava a cara inteira no fogo para defender Milton Ribeiro, seu Ministro da Educação, que hoje de manhã foi preso pela Polícia Federal, devido ao esquema de roubo e corrupção dentro do MEC. Esse Governo está cheio de corrupção.

Isso foi denunciado. Ou já esqueceram a questão da vacina? Quem não se lembra do esquema que estava sendo montado no Ministério da

Saúde para roubar o dinheiro da vacina? E a vacina demorou a chegar ao povo. O esquema de corrupção no Ministério da Saúde do Governo Bolsonaro foi muito parecido com o do Ministério da Educação, ou quase igual a ele, e houve a prisão do Ministro Milton Ribeiro. Aquele Ministro da Educação que Bolsonaro defendeu tanto, Milton Ribeiro - Bolsonaro dizia que, por ele, era capaz de botar a cara inteira no fogo -, amanhece hoje preso por um esquema de corrupção dentro do MEC.

Basta de corrupção! Basta de tirar o dinheiro da educação!

Observamos pelo Brasil inteiro que muitas escolas nem começaram as aulas por falta de professores, por falta de merenda, por falta de transporte. Então, há um jogo sujo dentro do Governo Bolsonaro que está levando o dinheiro do MEC, da mesma forma que aconteceram escândalos no Ministério da Saúde. É um Governo de corrupção.

Mesmo assim, o Presidente Bolsonaro diz que bota a cara no fogo pelos seus Ministros, como ele disse do Ministro da Educação que hoje amanheceu preso. Então, senhoras e senhores, colegas Parlamentares, deve estar sendo muito difícil para o Presidente Bolsonaro explicar que botou a cara no fogo pelo seu Ministro da Educação que foi preso hoje, e, de repente, esse escândalo inteiro vem à tona.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

---

Documento 47/59

---

20.2022.N Sessão Não Deliberativa Solene - CD 23/06/2022-11:52  
Publ.: DCD - 24/06/2022 - FERNANDO JOSÉ GOMES LIMA--- ---  
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Comemoração do Dia do Policial Legislativo.

---

**O SR. FERNANDO JOSÉ GOMES LIMA** - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Sra. Deputada Bia Kicis, que preside esta sessão, o Sr. Alessandro Morales, Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, o Sr. Paul Pierre, Diretor da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e, na pessoa do meu pai e da minha mãe, que estão aqui, cumprimento todos os familiares presentes.

Hoje, 23 de junho de 2022, é um dia de grande alegria para todos os policiais legislativos, não só para os policiais legislativos federais, mas

também para os estaduais e para a recém-criada categoria dos policiais legislativos municipais. Foi estabelecido pela Lei nº 14.262, de 2021, no calendário nacional, o dia 23 de junho como o Dia do Policial Legislativo.

Eu aproveito a oportunidade para agradecer aos Parlamentares que participaram do processo de elaboração dessa lei, ao Exmo. Sr. Senador Dário Berger, ao Exmo. Sr. Senador Marcos do Val e aos Exmos. Srs. Deputados Darci de Matos, Coronel Tadeu, Erika Kokay e Bia Kicis.

Quero agradecer também a todos os Parlamentares que, de uma forma ou de outra, têm contribuído para o reconhecimento da nossa categoria. Vou citar alguns nomes: Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal; Senador Angelo Coronel; Senador Flávio Bolsonaro; Senador Acir Gurgacz; Senador Davi Alcolumbre. Quero citar também o Exmo. Sr. Deputado Federal Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, a Deputada Celina Leão, o Deputado Sanderson, o Deputado Nicoletti, o Deputado Vitor Hugo e o Deputado Eduardo Bolsonaro.

Como visto no nosso filme institucional, exibido logo no início da sessão, esta data não foi escolhida ao acaso. No dia 23 de junho de 1789, o então Rei Luís XVI, durante a Revolução Francesa, cercou com o seu regimento o Parlamento francês, justo no momento em que a Assembleia Nacional estava deliberando sobre o futuro pós-Revolução Francesa. Os Parlamentares então decidiram, a partir daquele momento, criar um corpo de polícia próprio, aos moldes do que já havia sido criado remotamente pela Guarda Senatorial de Roma.

Então, como visto, a ideia de polícia legislativa não é uma coisa brasileira. A ideia de polícia legislativa existe, por exemplo, nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, em Portugal e em outros países. No Brasil, conforme já mencionado aqui, ela está prevista em nossa Constituição desde 1824. Portanto, é a polícia constitucionalmente mais antiga do nosso ordenamento jurídico.

Vou falar dos policiais legislativos agora. Os policiais legislativos são homens e mulheres que se dedicam diuturnamente ao livre exercício do processo legislativo. Sendo assim, Deputada Bia Kicis, o nosso papel aqui - e eu me incluo como policial legislativo - é o de garantir que o eleitor que depositou o voto em V.Exa. lá em São Paulo, por exemplo, seja devidamente representado pela senhora aqui, de forma que a senhora esteja livre de ameaças e consiga de fato exercer a representatividade.

Para exercer essas atribuições, as Polícias Legislativas atuam em vários segmentos, realizam proteção de autoridades, segurança e

gestão de áreas e instalações, policiamento ostensivo - incluído aí o controle de distúrbios civis ou o controle de multidões -, preside inquéritos policiais, que, no Senado, são contra bens, serviços e interesses do Senado e, na Câmara, os ocorridos nas dependências da Casa.

Eu estendo o meu apelo, Deputada, para que isso seja colocado também na Câmara dos Deputados, para ampliar o poder investigativo da Polícia Legislativa da Câmara.

Realizamos também atividades de inteligência e prestamos apoio a CPIs.

Bom, eu gosto de comparar esse grande rol de atividades com o poder de polícia no Poder Executivo. Eu costumo dizer, fazendo uma comparação, que o Poder Executivo, justamente por ser maior, em termos numéricos, de quantitativos, seria uma grande rede de hospitais em que haveria uma equipe médica de ortopedia, uma de cardiologia e assim por diante. No âmbito do Poder Legislativo, esse seria um hospital regional. Nesse hospital regional, nós teríamos que executar as mesmas atividades das grandes redes de hospitais. Porém, em vez de termos esse grande quantitativo de gente, de profissionais trabalhando - de cardiologistas, de ortopedistas -, nós teríamos um número reduzido de profissionais. Então, o nosso leque de atuação é o mesmo. A diferença é que lá, justamente pelo tamanho, essas atribuições são exercidas por órgãos distintos. No âmbito da União, por exemplo, a Polícia Federal faz a parte investigativa; a Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, faz a parte de policiamento ostensivo nas rodovias; o GSI faz a parte de proteção de autoridades e segurança de instalações da Presidência da República; e dentro do próprio GSI existe a ABIN, que faz a atividade de inteligência. Aqui no Poder Legislativo, a Polícia Legislativa junta isso tudo. Ela tem setores que trabalham todos esses aspectos.

Por isso, eu ousou dizer que a Polícia Legislativa é um órgão afeto à segurança pública não nos moldes daqueles órgãos previstos no art. 144 da Constituição, que prestam um serviço de forma direta à sociedade, mas, sim, nos moldes dos órgãos previstos também constitucionalmente em diversos outros dispositivos que prestam um serviço à sociedade de forma indireta - eles prestam serviço para o Parlamento, e o Parlamento, diretamente para a sociedade. Então, eu costumo dizer que o nosso órgão é um órgão de segurança pública institucional.

Quanto à qualidade do nosso quadro de pessoal, informo que hoje nós contamos com um quadro altamente qualificado. Para se ter ideia, hoje, o nosso quadro conta com ex-agentes de várias outras instituições policiais - Polícia Federal e Polícia Rodoviária -, com ex-policiais civis,

com ex-militares, com ex-integrantes da ABIN.

Assim como o colega Paul, Diretor da Polícia Legislativa da Câmara, citou aqui, também vou citar o nosso treinamento. A nossa Polícia Legislativa tanto da Câmara quanto do Senado talvez seja uma das polícias que mais treinem, hoje, o efetivo como um todo. Nós temos um corpo de instrutores próprios, que ministram instruções para todo o nosso efetivo.

Nós também fazemos parcerias com outras instituições, e não raro, colega Barros, da Polícia da Câmara - nosso poeta! -, o nosso pessoal se destaca e vem se destacando em cursos externos. É comum vermos colegas nossos que vão fazer cursos altamente desejados lá fora voltarem como primeiro ou segundo colocados nesses cursos. Então, o nosso pessoal é bastante qualificado.

Vou citar alguns exemplos do que as polícias fizeram num momento tão difícil e que ainda vimos passando - já estamos no finalzinho, mas ainda passamos aqui -, que foi a pandemia da COVID-19.

No momento em que o Parlamento como um todo teve que se afastar um pouquinho do trabalho presencial e passar a trabalhar no trabalho remoto, as Polícias Legislativas tiveram então que fazer a sua atuação, por óbvio, de forma presencial. Também, para garantir a integridade das pessoas no âmbito das Casas, fomos fazer cursos, fomos nos capacitar em descontaminação biológica para a COVID-19, a fim de garantirmos um ambiente seguro para que os Parlamentares que estivessem presentes na Casa - tanto no plenário quanto em seus gabinetes - pudessem desempenhar o seu papel, pudessem desempenhar suas atividades em segurança.

Destaco que essa atribuição não estava prevista de forma literal no Regimento, porque, é lógico, quando foram feitas as resoluções, ninguém pensou, ninguém imaginou uma pandemia nesses moldes. Mas os policiais, para garantirem a integridade física, disseram: *"Nós temos que fazer isso para preservar a saúde das pessoas aqui, no âmbito das Casas, e para garantir, sim, o livre exercício do Poder Legislativo"*.

Para finalizar, a APCN, a Associação das Polícias do Congresso Nacional, a qual presido neste momento, gostaria de parabenizar a todos os policiais legislativos pelo excelente trabalho que vêm desempenhando, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal.

Gostaria de estender essa homenagem aos policiais legislativos estaduais e dizer que estão sendo criadas algumas instituições no âmbito municipal. Algumas Câmaras de Vereadores já começaram a

instituir o policial legislativo.

Para terminar, vou deixar uma citação de Voltaire que acredito ter muita relação com o que nós policiais legislativos fazemos: "*Posso não concordar com o que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-lo*".

Muito obrigado.(Palmas.)

---

Documento 48/59

---

97.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/06/2022-16:20
Publ.: DCD 29/06/2022 -	ALENCAR SANTANA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Apreensão dos Deputados da base governista quanto à possibilidade de instalação de CPI destinada à investigação de irregularidades no âmbito do Ministério da Educação (CPI do MEC). Informações falaciosas sobre o combate à COVID-19 no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, divulgadas pelo Prefeito Guti durante viagem à Polônia. Responsabilidade do Prefeito pelo valor exorbitante da taxa de lixo cobrada em Guarulhos.

---

**O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Sem revisão do orador.)** - Presidente, colegas Deputados e Deputadas, na semana passada, alguns Deputados desta Casa se arvoraram em dizer que queriam uma CPI da PETROBRAS. Estavam todos eufóricos, fazendo movimentos! Cadê esses Deputados e Deputadas que querem CPI? Se querem CPI, tem que haver a CPI do MEC.

Eles só queriam enganar o povo, tanto é verdade que estão quietinhos, silenciados e, provavelmente, escondidos debaixo da cama. Não falam mais nada daquilo. Na verdade, eles diziam que queriam CPI apenas para tentar criar uma cortina de fumaça, para enganar as pessoas e desviar a atenção do problema real dos preços dos combustíveis, problema que tem nome, sobrenome e endereço: o Sr. Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República; o Palácio do Planalto.

Bolsonaro e sua equipe são totalmente incompetentes - o Ministro Guedes não acerta uma, nem na trave ele bate, só bola fora! - e são os responsáveis diretos pela alta do preço da gasolina, do *diesel*, do gás de cozinha, enfim, são responsáveis pela alta dos preços dos produtos.

Agora se escondem! Sabem por que eles estão debaixo da cama? Porque temem a instalação da CPI do MEC, que vai apurar os absurdos, as ilegalidades e as irregularidades, os crimes que foram cometidos pelo Ministro de plantão. Aliás, não há política alguma! Toda hora é um Ministro novo - um pior que o outro!

Pergunto ao cidadão e à cidadã brasileiros: qual é o nome do Ministro da Educação? Quais são os nomes dos Ministros do Governo Bolsonaro? As pessoas não sabem, e não sabem porque eles são fracos, são incompetentes. O ex-Ministro Milton Ribeiro deixou a digital de suas irregularidades no Ministério da Educação. Que bom que o Senado está abrindo uma CPI, já que aqui, infelizmente, nós não conseguimos o número de assinaturas necessário. Eu espero que o Senado apure toda esta situação de maneira rigorosa.

Mudando de assunto, Presidente, eu gostaria de dizer que o Prefeito de Guarulhos foi à Polônia falar das coisas boas que ele fez, durante a pandemia, para o combate à COVID-19 na cidade de Guarulhos. Cabra bom de mentira! Esta é a especialidade dele. A cidade de Guarulhos é uma das maiores, em se tratando de letalidade pela COVID no País, entre todos os Municípios. Lá, o número de óbitos foge ao da média nacional - é maior que o da média nacional! Guarulhos é um dos Municípios onde pessoas da nossa idade mais morreram por causa da COVID-19.

Lamentavelmente, esta é mais uma mentira que o Prefeito Guti conta, agora passeando na Polônia. Aliás, isso acontece novamente: ele mentiu sobre a taxa de lixo, ao dizer que a responsabilidade não era dele. A responsabilidade é dele! Ele mente quando diz que Guarulhos é exemplo no combate à pandemia. Como assim, um exemplo, se a letalidade no Município é uma das maiores no País?! Nós não podemos aceitar isso. Ele mentiu quando disse que não ia fechar a Proguaru, mas a fechou, logo após ganhar a eleição. Ele mentiu quando disse que a taxa de lixo é federal, quando se trata de uma lei de sua autoria. Agora, mente ao dizer que Guarulhos é exemplo no combate à pandemia!

Prefeito, o povo está de olho. O povo sabe bem a verdade.

Muito obrigado.

---

Documento 49/59

---

97.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/06/2022-17:00
Publ.: DCD 29/06/2022 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES

### *Sumário*

Gravidade dos dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede PENSSAN. Realização do Encontro Nacional contra a Fome, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de mudança no Governo Federal e no Governo fluminense. Indignação com a volta do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - . FAO

---

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, na semana passada, muitos colegas subiram à tribuna para falar do resultado da pesquisa da Rede PENSSAN, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Eu inclusive registrei também a minha preocupação com esses dados, que são dados dramáticos. Na verdade, é uma tragédia humana o que nós estamos vivendo no Brasil. É o único país do mundo que saiu do Mapa da Fome e voltou, é o único país do mundo! Há 36 milhões de pessoas que passam fome, que não conseguem se alimentar, e há 121 milhões de pessoas que estão em insegurança alimentar, em algum grau de insegurança alimentar.

Olhando a pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, que é o meu Estado, vemos que aumentamos em 400%, Deputado, o número de pessoas que não conseguem comer. O aumento foi de 400%! Isso resulta em 16% da população do Estado, nesses 4 anos, que não conseguem mais se alimentar. E 60% da população do Rio de Janeiro têm algum grau de insegurança alimentar. Isso mostra o significado da política deste País e o significado da política que se desenvolve hoje no Estado do Rio de Janeiro.

É bom que nós chamemos a atenção para isto: quando alguém não tem um prato de comida, é porque tudo já lhe faltou. Não há mais nada, como o acesso a serviços ou a bens das políticas públicas, não há mais acesso a nada. É quando a autoestima chega ao chão, é quando as pessoas se desesperam, é quando as pessoas não veem seus filhos se alimentarem, nem seu pai, nem sua mãe, nem sua família.

É desesperadora a situação em que não há nenhuma perspectiva de qualquer alimento para saciar a fome.

Nessa última semana, foi feito o grande Encontro Nacional contra a Fome, da Agenda Betinho, em que é feito um diagnóstico e são feitas as propostas de retomada da alimentação saudável no Brasil e da alimentação do povo brasileiro. É preciso mudarmos o comando

político deste País, assim como é necessário mudarmos o comando do Estado do Rio de Janeiro, para que voltemos a ter uma perspectiva de superar a fome, gerar oportunidades, gerar políticas públicas que gerem novamente emprego, para que possam ter renda do trabalho, para que as pessoas não se desesperem e voltem a ter paz. A democracia também envolve teto, envolve alimentação.

E é bom dizer que tudo isso tem endereço, tem cor e tem gênero, e são as mulheres, principalmente as mulheres negras, que mais sofrem com essa política da fome. Isso tudo mostra também o racismo, mostra o preconceito e mostra onde bate a pobreza neste País e no Estado do Rio de Janeiro.

Por isso, eu chamo à atenção para a necessidade de nós tirarmos este Governo, esta política, e mudarmos o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Presidente, é muito triste, é muito grave o que acontece no Brasil e o que acontece no meu Estado. Por isso, eu trago aqui toda a minha indignação e a minha revolta com o que está acontecendo.

Obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 50/59

---

97.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/06/2022-21:28
Publ.: DCD 29/06/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### *Sumário*

Crescimento do setor de turismo no Brasil, de acordo com dados do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo. Expansão da atividade no mundo, com oportunidade de trabalho para os jovens.

---

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.**



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o faturamento com o turismo no Brasil em abril ultrapassou R\$ 15 bilhões. A alta fica próxima de 50%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os dados são do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo .

O transporte aéreo foi o principal estímulo. O segmento registrou um aumento de 160% na comparação anual, alcançando o faturamento de R\$ 4,6 bilhões. O resultado é próximo aos números de abril de 2019 - antes da pandemia de COVID-19.

Serviços de alojamento e alimentação registraram o segundo maior crescimento, com alta de 56%. De acordo com o levantamento, contribuiu para este resultado a maior movimentação de turistas nos feriados do mês de abril. Houve a elevação da taxa de ocupação de hotéis, também superando o patamar de 2019.

Atividades culturais, recreativas e esportivas, por sua vez, também registraram alta de quase 22% em abril, alcançando a marca de R\$ 1 bilhão. Ainda contribuiu para o resultado positivo de abril, com avanço de pouco mais de 10% - R\$ 2,6 bilhões -, o segmento de transporte terrestre, que inclui ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais, além de trens turísticos.

O resultado ficou 2% aproximadamente acima do patamar pré-pandemia. As locadoras de automóveis, agências e operadoras de turismo também avançaram 2,5% no mês.

A notícia é ótima. Ora, não há mais qualquer dúvida sobre as virtudes do turismo como vetor de desenvolvimento econômico sustentável de uma nação. A velha máxima para mim repetida por um amigo, que foi Secretário de Turismo de Nova Friburgo, de que o turismo é "uma indústria sem chaminé" nunca foi tão verdadeira. O turismo é uma das atividades de maior expansão no mundo e tem inúmeros serviços e negócios agregados à sua cadeia econômica.

Com relação ao mercado de trabalho, vale destacar que o setor de turismo, por oferecer vagas em período parcial ou sazonal, para mão-de-obra qualificada e não-qualificada, apresenta boas oportunidades para os jovens. Em estudo recente do WTTC, constatou-se que um percentual muito maior de trabalhadores jovens - entre 15 e 24 anos - estava empregado no setor de turismo do que na economia geral.

No Canadá, por exemplo, os jovens ocupam um terço de todos os empregos no setor de turismo e apenas um pouco mais de um oitavo de todos os empregos na economia geral. Ao empregar e treinar jovens, o turismo contribui para a paz social, a redução da pobreza, o crescimento econômico inclusivo e sustentável, e ainda ajuda esses

jovens a desenvolverem habilidades e conhecimentos relevantes para o seu futuro. Considerando que uma maior expectativa de vida e avanços tecnológicos aumentarão cada vez mais a competição pelo emprego, o desenvolvimento de uma força de trabalho talentosa passa a ser outro desafio para as nações.

Boas notícias!

Forte abraço.

---

Documento 51/59

99.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/06/2022-14:08
Publ.: DCD 30/06/2022 -	HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Estudo mundial sobre a importância da vacina na redução das mortes pela Covid-19. Perda de vidas no Brasil em face do negacionismo quanto à eficácia da vacinação. Protesto contra a interferência do Presidente da República nas investigações sobre supostos esquemas de corrupção no MEC. Solicitação de informações, pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, sobre o assunto.

---

**O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, um estudo divulgado na última semana mostra que as vacinas salvaram 20 milhões de pessoas no mundo entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021. Vou repetir, um estudo divulgado confirma que, pelo menos, 20 milhões de pessoas no mundo foram salvas pelas vacinas.

Aí, eu pergunto: quantos mil brasileiros teriam sido salvos se nós tivéssemos tido um Governo preocupado em adquirir com agilidade as vacinas para a nossa população? Eu fico aqui pensando: quase 700 mil brasileiros morreram em virtude da COVID-19. E muitos perderam a vida porque as vacinas não foram providenciadas a tempo.

É impressionante que, depois de tantas demonstrações de que as vacinas salvam vidas em todo o mundo e no Brasil, ainda há os negacionistas que afirmam que a vacina não deve ser adotada pela

maioria da população. E no Brasil nós só conseguimos ampliar o índice de vacinação porque houve pressão da sociedade. Se fosse pelo Governo, nós não teríamos vacinação em massa no País. Então, isso é fruto de uma pressão da população brasileira. E assim foi possível salvar vidas. Mas muitos perderam a vida por causa do negacionismo, da negação da ciência, da vacina, da educação, da pesquisa. E esse estudo feito agora, em âmbito mundial, mostra que pelo menos 20 milhões de pessoas foram salvas pelas vacinas.

Viva a ciência! Vivam as vacinas, negadas por muita gente ligada a esse Governo e pelo próprio Presidente da República!

Presidente, eu quero aproveitar o tempo que me resta e dizer que, quando eu ouço os membros da base aliada falarem, parece que eles estão falando de outro País. Eles falam de uma realidade que não existe no Brasil. Isso porque aqui as pessoas estão morrendo de fome, estão em insegurança alimentar e há desemprego.

E o que temos visto especialmente agora, recentemente, são os escândalos do MEC, e a cada período surge um escândalo de corrupção neste Governo. E qual é a atitude do Presidente da República, que deveria investigar, pedir a investigação? Ele decreta sigilo sobre tudo, sobre cartão de vacina, sobre visita de pastores ao Palácio do Planalto, enfim, dá um péssimo exemplo. Então, a interferência do Presidente da República é gravíssima ao tentar criar obstáculos às investigações sobre os supostos esquemas de corrupção no MEC.

Isso precisa ser investigado.

E não sem razão, Presidente, a Ministra Cármen Lúcia está solicitando informações, por considerar gravíssimas as atitudes do Presidente da República, que tenta interferir para que não haja investigação daqueles vergonhosos escândalos de corrupção ocorridos com recursos da educação no Ministério da Educação.

Então, vamos investigar! Está com medo de quê, Bolsonaro?

---

Documento 52/59

---

99.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/06/2022-14:48
Publ.: 30/06/2022 -	DCD	ZÉ CARLOS-PT -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---



### *Sumário*

Manifestação de pesar pela morte da Vereadora Patrícia de Lucena, do Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, vitimada pela Covid-19. Apelo ao Presidente Bolsonaro para regulamentação da Lei nº 14.128, de 2021, referente ao pagamento, pela União, de compensação financeira aos profissionais da saúde incapacitados para o trabalho em decorrência da Covid-19, bem como aos seus cônjuges, dependentes e herdeiros.

---

**O SR. ZÉ CARLOS (PT - MA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje eu quero fazer uma homenagem aos profissionais de saúde de todo o Brasil, aos médicos, enfermeiros, assistentes, agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias.

Faço esta homenagem em nome de uma Vereadora lutadora do Município de São Domingos do Maranhão, do meu Estado do Maranhão, uma enfermeira que, de tanto lutar pelo seu povo, infelizmente, foi mais uma das vítimas a sucumbir a essa pandemia. Em nome da Vereadora, eu quero fazer aqui um apelo ao Presidente Bolsonaro para que ele regulamente a Lei nº 14.128, de 2021, que foi uma verdadeira conquista do movimento sindical, uma lei criada há 1 ano e 3 meses, Sr. Presidente, e que até agora não foi regulamentada. Essa lei é de autoria do meu companheiro Deputado Alexandre Padilha e foi elaborada com a contribuição de todas as entidades de saúde. Ela estabelece uma compensação financeira a ser paga pela União a alguns trabalhadores de saúde, mas não a todo profissional de saúde. A lei traz uma compensação financeira apenas para aqueles que, por terem trabalhado no atendimento direto de pacientes acometidos pela COVID-19, acabaram também vitimados pela mesma doença e, por causa disso, ficaram permanentemente incapacitados para o trabalho ou sucumbiram.

No caso de óbito desses profissionais de saúde, a lei estabelece uma compensação que deve ser paga a seus cônjuges ou companheiros ou aos herdeiros. É uma lei que beneficia, por exemplo, como eu disse, os agentes comunitários de saúde, os agentes de combate a endemias, os enfermeiros, as enfermeiras, aqueles que trabalham no hospital, na limpeza e conservação, verdadeiros heróis da saúde, que, mesmo no pior período da COVID-19, inclusive quando ainda não havia vacina, faziam visitas domiciliares e no hospital estavam tratando as pessoas.

Sr. Presidente, até hoje, infelizmente, essa lei ainda aguarda regulamentação pelo Presidente da República. Sem essa regulamentação, nós sabemos que o benefício não pode ser pago. E é exatamente isso que está acontecendo, o benefício não está sendo

pago.

Portanto, eu reforço aqui, em nome de Patrícia Lucena, o meu apelo ao Presidente Bolsonaro, para que imediatamente tenha dó das famílias que sucumbiram nesta pandemia, muitas delas por responsabilidade direta de Bolsonaro, que não encarou essa doença como deveria ter encarado e não comprou vacina quando deveria ter comprado.

A regulamentação dessa lei é uma questão de justiça com aqueles que arriscaram e arriscam suas vidas, para salvar a vida de milhões de brasileiros.

Eu peço também, Sr. Presidente, que esta minha fala seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

---

Documento 53/59

---

99.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/06/2022-15:04
Publ.: DCD 30/06/2022 -	EDUARDO BOLSONARO-PL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reconhecimento, pela Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos, da pouca efetividade da decretação de lockdown como medida de contenção da Covid-19. Assunção pelo Brasil do protagonismo na oferta mundial de grãos. Publicação, pela revista Oeste, de artigo Tucker Carlson: Brasil é mais importante para os EUA do que a guerra na Ucrânia.

---

**O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Sem revisão do orador.) -** Sr. Presidente, com a política do *"fica em casa, economia a gente vê depois"* e os *lockdowns* mundo afora - a Universidade Johns Hopkins disse que essas medidas só adiantaram, no máximo, para salvar 0,2% de pessoas e, por outro lado, deixaram vários na miséria e com fome -, o Brasil cada vez mais tem assumido o seu posto de garantidor da segurança alimentar mundial. Isso está ainda mais em voga agora com a guerra na Ucrânia, porque a Ucrânia é a grande provedora de grãos não só para a Europa, mas também para boa parte do planeta Terra.

Então, o Brasil tem assumido cada vez mais um protagonismo nessa área e mais países têm investido no nosso país, acreditando que aqui

nós somos o verdadeiro porto seguro, vide políticas do Presidente Bolsonaro, que retirou o País das páginas policiais, das corrupções do tempo de Lula e Dilma, colocando-o agora, sim, nas páginas comerciais.

E temos aqui uma notícia da *Revista Oeste*, do jornalista Tucker Carlson, que diz o seguinte: *Brasil é mais importante para os Estados Unidos do que a guerra na Ucrânia*. Ou seja, Tucker Carlson, jornalista norte-americano de maior audiência dos Estados Unidos, que hoje entrevistou o Presidente da República - e também fico muito feliz de ter colaborado não só com a entrevista, mas também para um documentário que ele está fazendo sobre o Brasil -, pela primeira vez, vai noticiar verdades nunca antes veiculadas internacionalmente, graças à imprensa *fake news* que nós temos em boa parte do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 54/59

---

99.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	29/06/2022-15:08
Publ.: DCD 30/06/2022 -	VICENTINHO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Associação ao movimento Ação da Chama, idealizado pelo sindicalista e ex-Deputado Djalma Bom, em solidariedade às vítimas da Covid-19, contra a fome e em defesa da democracia. Confiança na vitória do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022.

---

**O SR. VICENTINHO** (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou acender uma vela aqui no plenário da Câmara. *(Pausa.)*

Esta vela, Sr. Presidente, significa a repetição de um ato que está sendo desenvolvido em São Paulo pelo meu grande companheiro Djalma de Souza Bom. Djalma Bom, todas as sextas-feiras, lidera um movimento para que as pessoas acendam velas nas janelas de suas casas em solidariedade às vítimas da COVID, mais de 670 mil pessoas, contra a fome, em defesa da democracia e em defesa dos direitos. Djalma Bom, meu companheiro que me levou da fábrica para ser dirigente sindical, foi meu colega da Mercedes-Benz, operário, Deputado Estadual, Vice-Prefeito de São Bernardo do Campo, viajou

comigo em defesa do emprego dos trabalhadores na Ford, quando eu era Presidente do sindicato, foi um dos melhores Deputados Federais desta Casa, um homem de princípios, carregado de dignidade. Mesmo com a idade que tem - já passa dos 80 - ele não desanima da luta. Ele sente a dor dos outros. O meu companheiro Djalma de Souza Bom, com esse movimento, com essa chama, com essa vela acesa, diz o seguinte: enquanto o Brasil continuar assim, todas as sextas-feiras, acenderemos essas velas. O Djalma tem a parceria da sua amada, a nossa querida Lizi. Sexta-feira próxima será a 103ª ação da chama em defesa da dignidade, da chama em defesa de um Brasil sem violência, sem ódio, de um Brasil carregado de amor. Outro Brasil é possível.

Por isso, deixo o meu obrigado ao companheiro Djalma de Souza Bom, Agradeço a você por ser luz, simbolizada nessa vela! Agradeço a você por ter esse compromisso de vida e ter interesse na nossa classe trabalhadora.

Se Deus quiser, querido Djalma, haveremos de viver um novo tempo em que a vida será vivida plenamente. O Lula está vindo aí. Haveremos de ter uma grande bancada para cuidar do nosso povo, que hoje passa fome e está desempregado. Querido Djalma, sempre serei digno da sua confiança, tenha certeza.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 55/59

99.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/06/2022-15:20
Publ.: DCD 30/06/2022 -	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Adoção de medidas eleitoreiras pelo Presidente Jair Bolsonaro para a resolução temporária de problemas sociais. Necessidade de mudança da política econômica, de extinção da política de dolarização dos preços dos combustíveis e de reestruturação do programa Bolsa Família. Vantagem do pré-candidato do PT a Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em pesquisas de intenção de voto.

---

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, Bolsonaro governa - desgoverna é uma palavra**

melhor - há 3 anos e meio neste País.

Em 3 anos e meio o Brasil acumulou desemprego, volta da inflação, volta da fome, crise, conflitos, ódios, intolerâncias, mau manejo da pandemia, mortes desnecessárias, que já chegam a 670 mil, pela pandemia que não foi enfrentada de forma adequada. A fome voltou, Presidente Charles. Neste momento, 33 milhões de pessoas passam fome, lá na Bahia, onde V.Exa. atua com muita dignidade, lá no meu Rio Grande e em qualquer canto do País.

E qual é a solução que Bolsonaro propõe aos brasileiros, Deputado Heitor Schuch? Ah, sim faltam 3 meses para as eleições. Ele passou 3 meses vendo a fome voltar, vendo o desemprego crescer e desmontando programas. Ele desmontou o Bolsa Família. Ele dizia: "*Vou desmontar*". Desmontou o Mais Médicos, Deputado João Daniel, jogou o País nesta crise. E agora, a solução de Bolsonaro é um pacote pré-eleitoral, embalado pelo desrespeito ao povo brasileiro, em que ele tenta enganar uma parte da população brasileira.

Presidente, para resolver o problema do caminhoneiro, tem que acabar com a dolarização no preço de combustível! Não adianta dar um cheque durante 3 meses. E aí, ao virar a eleição, tudo isso que ele está propondo nessa PEC, que foi ou está sendo votada no Senado, é para terminar no dia seguinte da eleição, Presidente!

Será que algum brasileiro acredita numa mentira dessas? Será que algum brasileiro acha que vai resolver o desemprego e a fome com uma medida como essa para durar 3 meses? Isso é uma piada! Isso é um desrespeito com a inteligência do povo brasileiro!

É preciso mudar a política econômica. É preciso acabar com a dolarização. É preciso voltar para um Bolsa Família estruturado, Deputado Bohn Gass, em que haja porta de entrada; em que haja, de fato, uma renda mínima, com base no número de pessoas de cada família; em que não haja essa tentativa eleitoreira que chega ao cúmulo de, agora, de última hora, ao que parece, mandarem imprimir uns 4 milhões de cartões, Deputado Zé Neto, para o Bolsonaro fazer proselitismo.

O povo brasileiro está alerta! Lula tem 25 pontos de vantagem nas pesquisas! E não é Lula, porque Lula é uma ampla aliança em defesa da democracia brasileira, com pessoas de muitos partidos, com pessoas que não têm partidos. E nós vamos denunciar esta última manobra. Só falta o Bolsonaro pedir licença numa PEC para distribuir rancho de graça em véspera de eleição com o adesivo dele! O que ele está cometendo é um crime eleitoral! É um desrespeito à democracia brasileira, Presidente!

Documento 56/59

99.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/06/2022-15:44
Publ.: DCD 30/06/2022 -	- RRENATO QUEIROZ-PSD -RR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

### **Sumário**

Necessidade de adoções de medidas preventivas pelas autoridades sanitárias do Brasil e do Estado de Roraima contra nova disseminação da Covid-19.

**O SR. RRENATO QUEIROZ (PSD - RR. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, gostaria de fazer um alerta ao Brasil, sobretudo ao Estado de Roraima, e pedir que as autoridades competentes entrem em alerta máximo em relação à COVID-19.

A COVID-19 está de volta. É uma época propícia à disseminação de doenças contagiosas. A COVID é uma doença a que nós precisamos estar alertas, precisamos estar de olho. Não é mais uma novidade, não vai vir mais, se Deus quiser, com aquela monstruosidade que vimos no passado, mas é preciso que o Governo e Prefeituras em Roraima tomem conta para que, de forma preventiva, possamos nos preparar para receber as pessoas que ficarão doentes, as pessoas que ficarão hospitalizadas, as pessoas que se dirigirão aos postos de saúde.

Então, é muito importante, Sr. Presidente, que não deixemos que a COVID nos pegue de surpresa ou pelo menos vamos fingir surpresa de que isso não está novamente acontecendo em todo o Brasil. Aqui em Brasília conversamos com todos os Parlamentares e todos estão muito preocupados. Então, não é hora de fazer alarde, mas de se preparar para tudo o que vier. Se Deus quiser, o vírus será muito mais ameno, mas, se ele vier forte, temos que estar preparados para isso.

Obrigado, Presidente.

Documento 57/59

99.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 29/06/2022-17:16
Publ.: DCD 30/06/2022 -	- CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES

### *Sumário*

Participação do orador em evento promovido pelo Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal. Preocupação dos Parlamentares com o respeito ao resultado das eleições de 2022. Expectativa de prorrogação pela Suprema Corte da suspensão de despejos e desocupações, em razão da pandemia de Covid-19, nos termos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 828.

---

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -** Muito boa tarde, Sr. Presidente.

Eu subo a essa tribuna para relatar que, no dia de hoje, estive representando a bancada do PSB num café da manhã no Supremo Tribunal Federal, a convite do Presidente, o Ministro Luiz Fux, que fez uma prestação de contas das ações nesses tempos turbulentos para garantir o funcionamento das nossas instituições. Estavam lá Lideranças de todos os partidos, e o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, representando o Congresso. Houve outra oportunidade em que representantes do Senado também estiveram presentes. Chamou à atenção na fala dos Parlamentares a preocupação com o respeito não apenas às Instituições, mas com o respeito ao resultado das eleições de 2022. Isto certamente não deveria ser algo normal, a preocupação com o resultado das eleições, mas é o Brasil em que vivemos na era Bolsonaro.

Sr. Presidente, subo também à tribuna porque em nenhum momento nos foi concedida a oportunidade de falar, e eu questionei o Presidente sobre os destinos dos moradores em ocupações no nosso País. É sabido que o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei do despejo zero em 2021, garantindo a proteção, até dezembro de 2021, das pessoas que moram em ocupações durante a pandemia. No entanto, essa lei vigorou até 31 de dezembro do ano passado. Então, a proteção a esses moradores passou a ser dada pela ADPF 828, por decisão do Ministro Luís Roberto Barroso. Ele suspendeu as reintegrações de posse em ocupações urbanas, foi além da lei que nós aprovamos aqui na Câmara acerca das urbanas e das rurais. Mas o Senado retirou as rurais, e, quando voltou para cá, nós não conseguimos recolocá-las.

E a ADPF 828 garantiu o direito de permanência dos moradores em ocupações urbanas e rurais até 30 de junho de 2022, que é amanhã.

É por isso que hoje, na minha fala, questionei o Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, sobre essa decisão. E o Ministro disse que, em diálogos internos, eles compreendiam que, devido ao crescimento dos

números da COVID, tanto de mortes quanto de contaminação, essa decisão seria justa.

É claro que ele não disse nem "sim" nem "não", porque não é papel do Ministro ficar antecipando decisão, mas sinalizou a sensibilidade do Supremo Tribunal Federal para essa pauta tão importante e que conta com o nosso integral apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Charles Fernandes. PSD - BA) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. CAMILO CAPIBERIBE** (PSB - AP) - Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de relatar esse projeto de lei e tenho a oportunidade de testemunhar a importância que ele teve, porque nós impedimos as ações de reintegração de posse concedidas pela Justiça no meu Estado, o Amapá, e no Brasil inteiro. São milhares de vidas que estão sendo protegidas nesse momento, graças à lei e agora à ADPF 828.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

---

Documento 58/59

---

99.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/06/2022- CD 19:36
Publ.: DCD - 30/06/2022 - DIEGO ANDRADE-PSD -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES
	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Agradecimento ao Presidente Jair Bolsonaro pela determinação de liberação de recursos pelo Ministério da Saúde para investimentos na recuperação de setores atingidos por incêndio na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Discordância sobre a responsabilização do Governo Jair Bolsonaro pela crise sanitária da Covid-19 e pelo processo inflacionário. Caráter honesto do Presidente da República. Atuação da bancada federal mineira junto ao Governo Federal e do Governo Romeu Zema na liberação de recursos para investimentos nas áreas da segurança pública e da saúde em Minas Gerais. Medidas do Governo Jair Bolsonaro para recuperação econômica do País. Crítica à não votação pelo Senado Federal de proposta de modernização do licenciamento ambiental e de transformação de pequenos barramentos em obras de utilidade pública. Agradecimento ao Presidente da República pela implantação de programa de distribuição de água à população pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

**O SR. DIEGO ANDRADE** (PSD - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. É um prazer poder usar desta tribuna para fazer um agradecimento especial ao Presidente Bolsonaro.

Nesta semana, os mineiros foram surpreendidos com um incêndio no nosso maior hospital, que é a Santa Casa de Belo Horizonte. O décimo andar daquele hospital foi completamente interditado. Perdemos 55 leitos, que estão paralisados. É um hospital antigo, que precisa de investimentos, mas que cuida com muito zelo e carinho de todos os mineiros. Tem equipamentos modernos e precisa de uma atenção permanente da nossa bancada.

Como Coordenador da bancada, tenho estimulado os nossos colegas de mãos dadas com eles. Temos destinado recursos importantes à Santa Casa, mas precisamos de mais. Temos que reativar agora o andar que foi paralisado por conta desse incêndio. Ocorreram duas mortes. Ao se transportarem pacientes graves, dois faleceram, infelizmente. Então, manifestamos a nossa condolência às famílias.

Tão logo soube disso, o Presidente Bolsonaro determinou ao Ministro Queiroga, que estava em viagem, que a sua equipe atendesse a comitiva da Santa Casa de Belo Horizonte. Pude estar, juntamente com o Deputado Pinheirinho, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, fazendo a solicitação e acompanhando os representantes da Santa Casa, como o Dr. Roberto Otto, que levou as prioridades a serem atendidas pelo Governo. E fomos muito bem atendidos. O Ministro levará na sexta-feira os detalhes desses investimentos e desse apoio à Santa Casa, para que ela volte a funcionar na sua plenitude. A nossa expectativa é obtermos recursos para concluir o projeto contra incêndio desse importante hospital. Então, eu gostaria de agradecer ao Presidente por isso e por toda a sua condução e seu trabalho.

Eu queria chamar a todos a fazer uma reflexão. Estamos vendo muitos debates aqui com agressão. Eu falo que, para brilhar, não temos que apagar ninguém, mas precisamos falar a verdade. Será que, se estivéssemos mandando dinheiro para outros países e se estivessem ocorrendo tantos desvios, como vimos há pouco tempo, teríamos tido recursos para comprar vacinas em plena crise? Será que teríamos tido condição de ampliar o nosso programa assistencial, criando o Auxílio Brasil, mais do que dobrando o valor recebido pelas famílias carentes? Querer culpar o Presidente pela COVID e pela inflação que está atingindo o mundo inteiro por conta das paralisações eu não acho justo. É preciso dizer a verdade. É um Presidente honesto, um Presidente trabalhador, que tem feito muito com pouco.

Em Minas Gerais, já podemos sentir esses investimentos chegando. São investimentos em todas as áreas, como em segurança pública, com recursos federais, com o apoio da nossa bancada, que trabalhou unida. Por isso, eu digo que temos de respeitar quem pensa diferente de nós. Não precisamos nos agredir uns aos outros. Nós precisamos levar resultados. A bancada trabalhou unida, destinou recursos históricos para a segurança pública, e o Estado se tornou o mais seguro do Brasil.

A nossa bancada destinou recursos históricos também para a saúde. Graças a esses recursos, junto com os investimentos liberados pelo Governo Federal e os investimentos feitos pelo Governador Romeu Zema, Minas Gerais foi o Estado em que menos houve mortes proporcionalmente ao número de habitantes.

Estamos em um momento difícil de recuperação econômica. Aí se começam a debater, em vez de propostas, críticas. Eu posso testemunhar aqui o esforço do Governo de criar uma PEC para estabelecer regras para precatórios de modo a viabilizar recursos para criar o Auxílio Brasil e expandir os programas sociais. De repente, vemos um colega que concorda com a proposta votar contra essa medida porque ela vai fortalecer o Presidente Bolsonaro. Esperem aí! Nós temos que trabalhar a favor do Brasil. A vida passa muito depressa, e o poder, mais depressa ainda. Nós temos que aproveitar o momento. Nós estamos aqui para apresentar propostas.

Cito uma proposta que foi votada aqui, mas está emperrada no Senado Federal. Aprovamos a proposta de modernização do licenciamento ambiental com uma emenda que transforma os pequenos barramentos em obras de utilidade pública. Alguém pode perguntar: "*Diego, mas o que isso significa?*". Significa a criação de milhares de empregos imediatos para o povo brasileiro. Nós temos um país que tem uma vocação para o agronegócio, um país tropical. Se irrigarmos nosso solo no período da seca, nós podemos produzir nele, diferentemente de países da América do Norte.

Criamos tantas dificuldades e tantos empecilhos para propostas positivas que chegamos a pensar que há alguns a serviço de ONGs de outros países que não querem ver o Brasil despontar. Nosso País, que em 1973 importava alimentos, hoje já alimenta seis vezes a população mundial.

Todo mundo lembra as mazelas quando um colega Parlamentar ou quando algum político apronta algo contra a população, mas pouca gente se lembra dos grandes nomes que passaram por aqui. É preciso lembrar aqui o mineiro Alysso Paulinelli, que foi quem nos ensinou a cultivar a terra que não era fértil, Presidente Lincoln, e, dessa forma, fez uma revolução no agronegócio, que gera tanto emprego e renda,

até para quem não é do agro, porque o dinheiro circula nas cidades. Um país positivo, no meu ponto de vista, não é simplesmente aquele que cuida e mantém todo mundo na pobreza, mas é aquele dá para quem está pobre a oportunidade de ficar rico, para termos um país próspero.

Temos que favorecer a nossa vocação e fazer com que seja aprovado no Senado esse projeto que trata dos barramentos. Não é inteligente deixar o excesso de água ir embora para o mar. Apelidamos o projeto de "Zero Água ao Mar". O mar já tem muita água! Vamos segurar no Nordeste essa água, fazendo pequenos barramentos nos cursos d'água. Se a água ficar ali, na época da seca ela vai alimentar o lençol freático. Assim, haverá mais água para os poços artesianos, tão solicitados pelas comunidades. Vamos poder fazer irrigação. Onde há água, há vida.

Por que há tanta dificuldade na aprovação desses projetos? É hora de o povo brasileiro acordar e não entrar nessa onda de disputa ideológica, de briga por briga. Vamos buscar resultados! É o que o povo espera de nós e é o que precisamos apresentar.

Finalizo agradecendo, mais uma vez, ao Presidente, que apoiou integralmente o projeto e assinou hoje um programa da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA que vai levar água a milhares de pessoas.

Muito obrigado.

---

Documento 59/59

---

100.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	30/06/2022-09:44
Publ.: DCD 01/07/2022 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### *Sumário*

Lealdade do mandato do orador às demandas da população. Reconhecimento dos acertos e crítica aos erros da gestão do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em uma das reuniões de prestação de contas que estamos fazendo por todos os Municípios de Mato Grosso do Sul, fui instado a responder à seguinte pergunta feita

por uma aposentada de 67 anos, a D. Zuleide: *"Deputado Fábio Trad, o senhor é a favor ou é contra o Presidente Bolsonaro?"* Eu perguntei: *"Qual é o seu nome?"* Ela disse: *"Meu nome é Zuleide"*. Eu a ela me dirigi e disse: *"Eu sou a seu favor. Eu estou a seu favor. Eu me justifico a seu favor, Zuleide. Você é a razão do meu mandato"*.

Um Deputado Federal não pode ser torcedor fanático de pessoas. Ele há de ser um legislador que tenha a independência e a coragem necessárias para dizer sim quando o Executivo acerta, ou não quando ele erra.

Por isso, quando o Presidente Bolsonaro eventualmente acerta, como no caso em que o Governo foi leal aos enfermeiros e às enfermeiras ao dizer que vetaria o Projeto de Lei nº 5.264 por vício de iniciativa e aguardaria a aprovação de uma PEC para constitucionalizar seus direitos, eu o aplaudi. Mas não o fiz ao homem, nem à pessoa física, nem à instituição Presidência.

Quando o Presidente, no entanto, vai às redes sociais e diz que chegou a ameaçar um médico para lhe administrar um medicamento que não estava - como, de fato, ainda hoje não é - reconhecido pelas instituições científicas, eu devo dizer à D. Zuleide, patroa de todos nós aqui porque, não fosse seu pagamento de tributos, não fosse seu esforço em pagar tributos, esta Casa não funcionaria, eu devo dizer ao Presidente que ele errou. Se o Presidente ameaça um médico - nós todos sabemos que existe um conteúdo pedagógico, muitas pessoas o seguem -, imaginem como ficaria a situação dos médicos brasileiros sendo ameaçados por milhões e milhões de seguidores para que eles lhes administrassem um medicamento!

Portanto, Sr. Presidente, agradecendo-lhe a prorrogação destes últimos 30 segundos, devo dizer que eu sou leal à D. Zuleide, sou fiel à D. Zuleide. Se o Presidente acerta, há de ser reconhecido pelos acertos; se ele erra, tenhamos coragem e independência para dizer que nenhuma autoridade pode se arrogar o direito de dizer não à ciência.

Muito obrigado.

---